



Relatório de gestão e contas consolidado de 2017

Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL

Índice

Convocatória da Assembleia Geral	4
1. Enquadramento Económico	5
1.1. A economia portuguesa	5
1.2. A atividade seguradora	6
2. Factos relevantes em 2017.....	7
2.1. Principais variáveis da Atividade Consolidada.....	7
2.2. Área Comercial.....	7
2.3. Área Financeira e de Resseguro.....	8
2.4 Área Técnica.....	8
2.5. Área de Ação Cooperativa e Social.....	8
2.6. Área de Sistemas de Informação.....	9
3. A Atividade do Grupo em 2017.....	10
3.1. Síntese da atividade	10
3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto - Mútua dos Pescadores.....	10
3.3. Análise da carteira de prémios – PONTO SEGURO.....	11
3.4. Análise da Sinistralidade: Custos com sinistros de seguro direto.....	12
3.5. O Resseguro.....	13
3.6. Cobranças	13
3.7 Recursos Humanos.....	14
3.7.1. Formação	14
3.8. A Cooperativa	15
3.8.1. Em destaque.....	15
3.8.2. Segurança Marítima.....	16
3.8.3. Projetos	16
3.8.4. Parcerias e Intercooperação	16
3.8.5. Setor Cooperativo e Social.....	17
3.8.6. Acompanhamento Social	17
3.8.7. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários.....	18
3.8.8. Informação e Comunicação.....	18
3.8.9. Ações de Marketing e Publicidade	18
3.8.10. Coro Grupo Mútua.....	18
4. Acontecimentos subsequentes.....	19
5. Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.....	19
6. Política de remuneração dos Diretores de Topo e colaboradores que exerçam funções-chave.....	19
7. Política de remuneração dos demais colaboradores.....	20
8. Outras Informações	20
9. Perspetivas para o triénio 2018-2020.....	20
10. Agradecimentos.....	21
Demonstração da Posição Financeira Consolidada a 31 de dezembro de 2017 e 2016.....	22
NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADAS.....	27
1. Informações gerais.....	27
2. Informação por segmentos.....	27
3. Base de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das Políticas Contabilísticas.....	28
4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguros e ativos de resseguro.....	42
5. Passivos por contratos de investimento.....	53
6. Instrumentos Financeiros.....	53
7. Investimentos em filiais e associadas.....	60
8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem.....	60

Índice

9. Terrenos e edifícios	60
10. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)	63
11. Afetação dos investimentos e outros ativos	64
12. Ativos intangíveis	64
13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo	65
14. Prêmios de contratos de seguro	66
15. Comissões recebidas de contratos de seguro	66
16. Rendimentos / réditos de investimentos	67
17. Ganhos e perdas realizadas em investimentos	68
18. Ganhos e perdas por ajustamentos de justo valor em investimentos	69
19. Ganhos e Perdas em diferenças de câmbio	69
20. Custos de financiamento	69
21. Gastos diversos por funções e natureza	70
22. Gastos com pessoal	70
23. Obrigações com benefícios dos empregados	71
24. Imposto sobre o rendimento	76
25. Provisões Técnicas	76
26. Contas a receber por operações de seguro e outras operações	77
27. Outros credores por operações de seguros e outras operações	77
28. Rédito	78
29. Capital	78
30. Reservas	80
31. Resultados por ação	80
32. Justo valor	80
33. Transações entre partes relacionadas	82
34. Demonstração de fluxos de caixa	83
35. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores	84
 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	 85
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	86

Convocatória da Assembleia Geral

Nos termos legais e estatutários, é convocada a **Assembleia Geral da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.**, com o capital social variável de 5.000.000 de Euros, com sede em Lisboa, na Avenida Santos Dumont, nº 57, 6º, 7º e 8º andares, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 16.616, para se reunir no dia **31 de maio de 2018, pelas 10,00 horas**, na sua Sede social, na morada acima indicada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1º - Apreciação geral, discussão e votação do Relatório de Gestão consolidado e Documentos de Prestação de Contas consolidadas, referentes ao exercício de 2017, bem como do Relatório do Revisor Oficial de Contas e Parecer do Conselho Fiscal.

2º - Outros assuntos.

Nos termos do n.º 1 do artigo 35º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos cooperadores com direito a voto, a assembleia reunirá validamente meia hora depois com qualquer número de participantes.

Lisboa, 10 de maio de 2018

**O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Frederico Fernandes Pereira**

RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADO DE 2017

1. Enquadramento Económico

1.1. A economia portuguesa

As projeções para a economia portuguesa em 2018, publicadas pelo Banco de Portugal (BdP) no Boletim Económico de Inverno sugerem a manutenção de um “perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9%, 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020)”, continuando a “beneficiar de enquadramento externo favorável ao longo do horizonte de projeção”.

No que respeita ao Produto Interno Bruto (PIB), no final do triénio 2018-2020, “deverá situar-se 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional”, devendo ser “muito próximo do da média da área do euro ao longo do horizonte de projeção”. Em termos de PIB “per capita” prevê-se um ligeiro esforço de convergência real em relação à área do euro, em parte refletindo a redução da população portuguesa. Será uma evolução insuficiente para compensar a divergência real acumulada até 2013.

QUADRO 1 - PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL 2017-2020

Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2016	BE dezembro 2017					BE outubro 2017	BE junho 2017		
		2016	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)	2020 ^(p)		2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)
Produto Interno Bruto	100	1.5	2.6	2.3	1.9	1.7	2.5	2.5	2.0	1.8
Consumo Privado	66	2.1	2.2	2.1	1.8	1.7	1.9	2.3	1.7	1.7
Consumo Público	18	0.6	0.1	0.6	0.4	0.2	0.3	0.4	0.6	0.3
Formação Bruta de Capital Fixo	15	1.6	8.3	6.1	5.9	5.4	8.0	8.8	5.3	5.5
Procura Interna	99	1.6	2.7	2.5	2.2	2.1	2.5	2.6	2.2	2.1
Exportações	40	4.1	7.7	6.5	5.0	4.1	7.1	9.6	6.8	4.8
Importações	39	4.1	7.5	6.7	5.5	4.8	6.9	9.5	6.9	5.2
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em pp.) (a)										
Procura interna		0.7	1.2	1.2	1.0	1.0	1.0	0.8	0.8	0.8
Exportações		0.9	1.5	1.2	0.9	0.7	1.5	1.8	1.2	0.9
Emprego (b)		1.6	3.1	1.6	1.3	0.9	3.1	2.4	1.3	1.3
Taxa de desemprego (em % da População Ativa)		11.1	8.9	7.8	6.7	6.1	9.0	9.4	8.2	7.0
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1.7	1.5	2.3	2.2	2.2	1.8	2.1	2.4	2.4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		2.2	1.8	1.6	1.6	1.5	1.7	2.0	2.2	2.0
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0.6	1.6	1.5	1.4	1.6	1.6	1.6	1.4	1.5

Fontes: Banco de Portugal e INE.

Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2013. (b) Emprego total em número de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

Na procura global, prevê-se também crescimento, com maior dinamismo na componente Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede a evolução do investimento das empresas em bens de capital, apesar de em 2020 se situar ainda 11% abaixo do observado em 2008.

As exportações irão “manter um crescimento robusto”, prevendo-se que em 2020 tenham um nível 68% superior ao registado em 2008. O saldo da balança de bens e serviços (importações/exportações) irá sofrer uma ligeira redu-

ção em percentagem do PIB. A balança de serviços será a que apresentará resultados mais favoráveis, em especial devido ao contributo do setor do turismo.

“O consumo privado irá manter um crescimento relativamente estável e inferior ao do PIB”, refletindo, nomeadamente, a “evolução do rendimento disponível real, influenciado pelo crescimento moderado dos salários reais”. A taxa de desemprego terá tendência de redução, prevendo-se uma diminuição de cerca de 3%, entre dezembro de 2017 e dezembro de 2020.

Depois de um aumento considerável em 2017, a inflação irá manter-se mais ou menos estável no triénio 2018-2020, entre 1,4% e 1,6%.

O Conselho Económico e Social (CES), no parecer sobre as Grandes Opções do Plano para 2018, reconhece o momento de crescimento económico significativo, que se estima ser acima dos 2% no final do ano. No entanto, segundo o CES, os dados macroeconómicos disponíveis não permitem responder à questão de saber se este será um crescimento sustentado, já que o nível de produtividade continua baixo, com um setor produtivo, que considera demasiado assente em produções de baixo valor acrescentado e mão-de-obra barata.

De acordo com o CES, “a estratégia de desenvolvimento económico e social deve conseguir conjugar, de forma sustentável, o crescimento económico, a melhoria da competitividade e a criação de emprego de qualidade, com o combate à pobreza e à correção das desigualdades económicas e sociais, mantendo uma política de maior justiça social e de reforço do rendimento disponível das famílias”.

Paralelamente, conclui ser necessário desenvolver medidas no âmbito do acesso à educação e formação profissional e sua articulação com o setor produtivo, nomeadamente a forma como essa política se compatibiliza e coordena com as iniciativas no âmbito das competências das organizações empresariais, profissionais e sindicais. Ao nível da população e condições sociais, o Boletim Mensal de Estatística, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em dezembro de 2017, aponta para uma variação positiva da população ativa (0,7%), entre o primeiro trimestre de 2016 e o terceiro trimestre de 2017, sendo esta de 5247 mil pessoas em dezembro de 2017. Verificou-se também uma variação positiva da população empregada (3%), em igual período.

Dentro da população empregada, no terceiro trimestre de 2017, 3,9 milhões de pessoas eram trabalhadores por conta de outrem, um acréscimo de 4,6% em relação ao primeiro trimestre de 2016 e 559,4 mil pessoas eram trabalhadores por conta própria, como isolado. Apenas 223 mil são trabalhadores por conta própria, como empregador. O setor dos serviços é o que absorve a maior massa populacional, seguido da indústria, construção, energia e água e, por fim, da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.

1.2. A atividade seguradora

De acordo com dados da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), “globalmente, no final do exercício de 2017, os resultados líquidos das empresas de seguros atingiram o valor de 350 milhões de euros (das 43 empresas de seguros, 34 apresentam valores positivos), representando um crescimento de 120% face ao ano anterior.

Em 2017, o volume da produção de seguro direto em Portugal, das empresas em referência, atingiu os 10 701 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 4,1% face ao valor verificado em 2016.

Os ramos Vida e Não Vida apresentaram crescimentos de 3,2% e 5,6%, respetivamente.

O ramo Vida inverteu a tendência decrescente dos últimos dois anos, sendo de salientar o peso dos planos de poupança reforma (PPR), que em 2017 representaram cerca de 33% da produção do ramo Vida (26% em 2016), com a sua produção a aumentar 30%.

Os ramos / modalidades que mais contribuíram para o aumento verificado na produção de Não Vida foram Acidentes de Trabalho (+ 11,5%), Doença (+ 8,8%) e Automóvel + (3,9%), que representam cerca de 70% da carteira em análise.”

2. Factos relevantes em 2017

2.1. Principais variáveis da Atividade Consolidada

(valores em euros)

PRINCIPAIS VARIÁVEIS DA ATIVIDADE CONSOLIDADA		
Balço	2017	2016
Investimentos	30 525 232	29 800 563
Activo Líquido	38 356 288	39 036 201
Capital Próprio	10 731 420	9 653 057
Provisão para prémios n/ Adquiridos	924 719	876 776
Provisão Matemática	11 143 967	10 950 383
Provisão para Sinistros	16 724 081	17 236 522
Provisão para sinistros Líquida de Resseguro	14 633 228	13 837 074
Provisões Técnicas	17 989 775	18 664 783
Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro	15 316 722	14 698 198
Ganhos e Perdas		
Prémios Brutos Emitidos	8 513 705	8 515 981
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	5 403 384	5 654 194
Custos com sinistros de seguro directo	6 217 515	6 979 711
Custos com sinistros Líquidos de Resseguro	4 804 849	5 137 433
Custos Operacionais	934 191	1 048 778
Rendimentos	808 761	835 933
Out. Rendimentos/gastos não técnicos	-581 474	-1 143 721
Resultado Líquido	1 293 962	438 084

2.2. Área Comercial

De acordo com a estratégia definida, o sector da pesca, continuou a ter um foco central na atividade comercial da Mútua dos Pescadores.

Prova disto, é o facto de que ainda que se tenha verificado uma redução do número de embarcações nalgumas zonas, conseguiu-se manter o volume de prémios de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais, crescendo ligeiramente em Marítimo-Casco.

Na Ponto Seguro os ramos não vida representam 98,8% da produção com destaque para o Ramo Automóvel que se mantém como o produto com maior expressão na actividade da mediadora.

2.3. Área Financeira e de Resseguro

Destaca-se a dissolução e encerramento das empresas participadas da Mútua dos Pescadores, Ariarte - Exportação, Importação e Comercialização, Lda. e Consulinter – Sociedade de Gestão e Estudos de Investimento, S.A, que se encontravam sem atividade há vários anos.

Ainda em 2017, a Mútua passou a deter 100% da sua participada Ponto Seguro – Mediação de Seguros, Lda.

Na Mútua, procedemos à elaboração de um orçamento plurianual onde se reflete a estratégia definida pelo Conselho de Administração, prevendo-se o desenvolvimento da empresa num horizonte de três anos, nomeadamente:

- O crescimento dos prémios, ao longo dos três próximos anos, com a particularidade de se ambicionar a redistribuição do peso de cada ramo em cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos: “crescimento dos prémios e recomposição da carteira de prémios” e “promover a satisfação e retenção de clientes”;
- O aumento do resultado líquido respetivo e o aumento dos capitais próprios ao longo dos três anos, em cumprimento do objetivo estratégico: “reforçar os capitais da cooperativa e atingir adequada rentabilidade dos capitais próprios”;

• A melhoria dos níveis de solvência da consolidante, em cumprimento do objetivo estratégico atrás mencionado, acresce “cumprimento das obrigações legais e regulamentares”.

Na Ponto Seguro, a manutenção do crescimento da carteira e do comissionamento, continua a ser o objetivo principal, donde destacamos a defesa e melhoramento dos níveis de comissionamento base, dos acordos de incentivos e a diversificação dos produtos comercializados.

2.4 Área Técnica

Na Mútua, em 2017, iniciou-se o processo de implementação da participação eletrónica de sinistros de Acidentes de Trabalho, assim como a revisão dos protocolos respeitantes a prestação de serviços clínicos.

Procedeu-se à adesão ao Protocolo dos Concomitantes, que parametriza e agiliza a resolução dos sinistros de acidentes de trabalhos que ocorrem por acidentes de viação e que envolvam contratos de seguro do ramo de acidentes de trabalho e do ramo automóvel;

Foi realizado o desenho dos parâmetros técnicos de modalidades de cobertura dos riscos de Perda Total e/ou Responsabilidade Civil, para o seguro marítimo de embarcações de pesca;

Foi assegurado o tratamento da alteração legal à idade da reforma por velhice, em termos dos processos de pensões de Acidente de Trabalho e da comparticipação do FAT.

Na Ponto Seguro destacamos a contínua melhoria da capacidade de resposta do Departamento Técnico, redefinindo as suas competências e alargando a sua composição ainda que ocasionalmente, com a participação de outros quadros, partilhando informação e conhecimento.

2.5. Área de Ação Cooperativa e Social

Eleição dos órgãos sociais para o quadriénio 2017-2020 e tomada de posse dos membros eleitos:

No dia 26 de março os cooperadores da Mútua mobilizaram-se para eleger a equipa que estará à frente dos destinos da Cooperativa nos próximos 4 anos, para o mandato de 2017 a 2020. Por iniciativa dos Órgãos Sociais foi apresentada uma lista às eleições – a Lista A, com o mote “Tanto Mar – O Mesmo Rumo”. Como mandatários Joaquim José Mota, Presidente do Conselho Fiscal no anterior mandato e antigo Presidente da Mútua da Sardenha, e António Zózimo, antigo Diretor Financeiro da Mútua. Uma lista de continuidade, com alguns elementos que transitaram do mandato anterior, mas também com novos elementos, oriundos das várias atividades marítimas e comunidades ribeirinhas, muitos dirigentes associativos locais, com mais tradição na Mútua, e de outros setores de atividade ligados ao setor cooperativo e social.

No dia 7 de abril, na Fundação Cidade de Lisboa, os órgãos sociais tomaram posse numa cerimónia pública, na qual participaram dirigentes eleitos, trabalhadores e colaboradores do Grupo Mútua, cooperadores e diversas pessoas e entidades relacionadas com a atividade da Mútua, de entre as quais destacamos a Secretaria de Estado das Pescas, a ASF (Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões), a CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), Marinha Portuguesa, autarquias locais e partidos com representação parlamentar. Estiveram também presentes elementos da Comissão Permanente para a Segurança dos Homens do Mar e da APS (Associação Portuguesa de Seguradores). Do universo do setor cooperativo e social estiveram a CONFECOOP, ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Confederação das Coletividades de Cultura e Desporto, CGTP e CIRIEC.

Distinção

Registamos com orgulho que Genuíno Madruga, dirigente da Mútua desde os anos 80 e membro do CA nos últimos anos, agraciado com a ordem da comenda pelo Presidente Jorge Sampaio em 2003, viu em 2017 chegar o

naturalíssimo reconhecimento por parte da Marinha Portuguesa, tendo sido agraciado com a medalha militar da Cruz Naval de primeira classe.

75 Anos Mútua

A Mútua celebrou este ano 75 anos de vida, em que sucessivas gerações de dirigentes, trabalhadores e colaboradores, se colocaram ao serviço das comunidades costeiras, da pesca e demais atividades marítimas, dos setores cooperativo e social, para fazer desta uma organização de referência, incontornável na atividade seguradora em Portugal.

Celebrar 75 anos significou também partilhar o presente e o futuro que a Mútua quer continuar a construir solidariamente com as pessoas e organizações que partilham os seus interesses, valores e princípios. Sendo uma organização polinucleada no território nacional, o aniversário foi celebrado em todas as suas zonas de influência – Açores (Horta); Centro (Peniche, associando-se aqui às celebrações do Dia Internacional das Cooperativas); Algarve (Portimão); Madeira (Funchal); Sul (Sesimbra), culminando no Norte (Vila do Conde, associando as celebrações também à realização das Jornadas do Grupo Mútua). Para além das sessões de aniversário que contaram com a presença dos Grupos Parlamentares, dos Governos Regionais, eleitos autárquicos, Administração pública, central, regional e local, bem como de várias entidades do setor público e privado, do setor cooperativo e social, a Mútua produziu um filme institucional assinalando a efeméride, que acompanhou as várias sessões públicas, que apresenta a sua história até aos dias de hoje, espelhando a sua diversidade regional, de setores estratégicos e comunidades onde intervém.

De destacar também a homenagem que o Grupo prestou a 51 trabalhadores, dirigentes e colaboradores que em 2017 completaram a simbólica idade de 25 anos (ou mais) de relação com o Grupo Mútua, tendo sido agraciados com uma peça de cerâmica Vista Alegre, concebida a partir de uma pintura de João Delgado, com a insígnia “Por uma vida de trabalho ao serviço do Grupo Mútua”.

2.6. Área de Sistemas de Informação

Em 2017, foi assegurada a análise e preparação do projeto Office 365 (NOS), com regularização do licenciamento Office e a mudança do serviço de correio eletrónico.

Foi igualmente assegurada a análise e preparação do projeto de upgrade de linhas de dados (NOS) e foi implementado o upgrade da linha de dados da sede Mútua (NOS), infraestrutura que é partilhada com os serviços centrais da Ponto Seguro.

Foi redefinido o calendário de atividades para o exercício 2017 – 2020, conforme Plano de Atividades aprovado.

Foi implementada uma Firewall Centralizada (NOS), que envolveu a implementação de um sistema de segurança na rede informática e de novos equipamentos de gestão de rede, no Data Center Mútua – infraestrutura partilhada com os serviços centrais da Ponto Seguro.

Iniciou-se o estudo dos custos com a impressão de documentos, na rede informática (impressoras Kyocera).

Foi assegurada a colaboração na definição do projeto de implementação da participação eletrónica de Acidentes de Trabalho.

Desenvolveu-se a mudança e melhoramento da gestão do domínio “mutuapescadores.pt”, assegurou-se a implementação em produção do GIS WEB e concluiu-se a implementação do serviço centralizado da aplicação informática Team Viewer.

Desenvolveu-se a mudança e melhoramento da gestão do domínio “pontoseguro.pt”, foi criado um site totalmente novo, assegurou-se a implementação em produção do GIS WEB e concluiu-se a implementação do serviço centralizado da aplicação informática Team Viewer.

Assegurou-se, em contínuo, a gestão da faturação dos principais fornecedores de Serviços TI: I2S Brookers, NOS, KYOCERA.

3. A Atividade do Grupo em 2017

3.1. Síntese da atividade

O resultado líquido apurado nas contas consolidadas de 2017 foi positivo em 1 293 962€ após impostos.

Importa destacar que para este resultado de 2017 contribuiu positivamente, em 641 956€ a dissolução e encerramento das participadas Ariarte – Exportação, Importação e Comercialização, Lda e Consulinter – Sociedade de Gestão e Estudos de Investimento, S.A com a liquidação dos seus valores em débito e consequente libertação das perdas por imparidade criadas.

Na atividade corrente destacamos, na Mutua, a manutenção do valor dos prémios após um crescimento significativo em 2016.

Na Ponto Seguro, em relação ao exercício anterior, houve um crescimento quer em termos de prémios cobrados quer em termos de comissões de 13,7%.

Consideramos ainda importante realçar o seguinte:

O resultado do exercício antes de Impostos é positivo em 1 497 323€. Após impostos o valor é positivo em 1 293 962€ como acima se indica. Esta diferença é explicada por impostos correntes de 209 294€ e impostos diferidos de -5 933,47€.

O valor relativo ao movimento dos impostos diferidos, com impacto nos resultados, respeita ao aumento do imposto diferido ativo proveniente do acréscimo do valor dos títulos em Imparidade e também do aumento do imposto diferido passivo proveniente do acréscimo da Reserva de Reavaliação dos imóveis de Rendimento.

3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto - Mútua dos Pescadores

(valores em euros)

QUADRO 5 - PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS			
Ramos	2016	2017	Total
Acidentes de Trabalho	4 543 175	4 428 325	-2,53%
Acidentes Pessoais	987 247	1 040 523	5,40%
Incêndio e Elementos da Natureza	922	922	-0,01%
Outros Danos em Coisas -Riscos Múltiplos	270 959	269 307	-0,61%
Marítimo	2 713 677	2 774 628	2,25%
TOTAL	8 515 981	8 513 705	-0,03%

O valor de Produção de Seguro Direto foi de 8 513 705€, o que representou uma estagnação em relação a 2016.

Note-se que em 2016 apresentámos um crescimento de produção na ordem dos 9,8% em relação a 2015 onde se destacaram os Acidentes de Trabalho devido ao bom desempenho da frota da sardinha e, nas Outras atividades Não Pesca pela captação de novo negócio.

Em 2017 conseguimos manter os valores de produção de 2016 com algumas alterações onde se destacam o decréscimo nos Acidentes de Trabalho e o crescimento significativo nos Acidentes Pessoais e Marítimo.

Em Acidentes de Trabalho o decréscimo registou-se nas Outras Atividades Não Pesca (-17,88%) em virtude da não renovação de alguns contratos face à elevada sinistralidade apresentada.

Na Pesca mantivemos os valores de prémios em relação a 2016 (+ 0,51%).

Em contrapartida nos Acidentes Pessoais o crescimento é sentido em todas as linhas de negócio:

Pesca (+0,42%), Náutica de Recreio (+ 8,11%) e nas Outras Atividades (+13,56%).

No Ramo Marítimo houve acréscimo na Pesca (+2,42%) e na Náutica de Recreio/Marítimo Turística um crescimento de 1,93%.

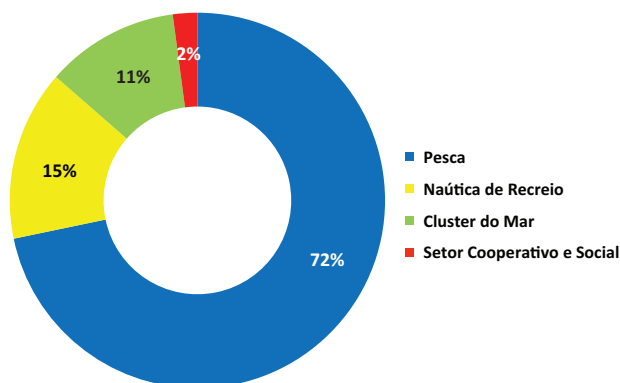
Prémios por segmento de negócio e geográfico

A nossa área de negócio está toda centrada em Portugal.

Vide Quadro 4 - Prémios Brutos Emitidos

Estrutura da Carteira de Prémios

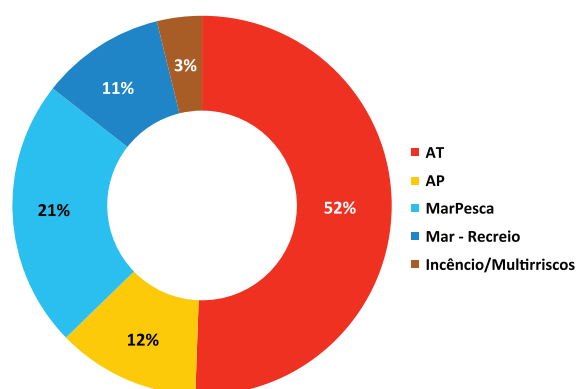
Gráfico 1 – Produção de 2017 por Vetor Estratégico



Estrutura da Carteira de Prémios por Ramo

A carteira em 31 de Dezembro de 2017 distribuía-se de acordo com o gráfico 2:

Gráfico 2 – Estrutura da Carteira de Prémios - 2017



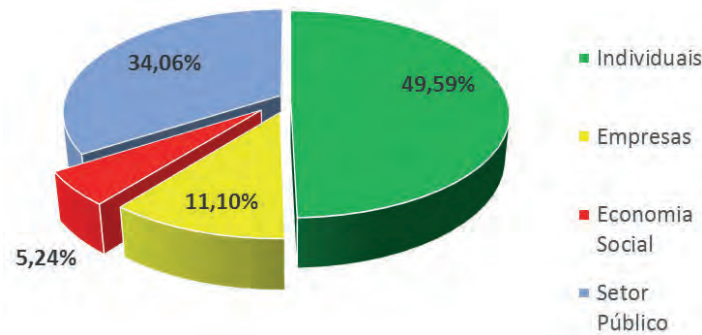
Houve uma ligeira alteração na estrutura da nossa carteira de prémios em relação a 2016 com uma diminuição do peso dos Acidentes de trabalho de 53% para 52% e aumento nos Acidentes Pessoais e Marítimo, de acordo com a estratégia que perseguimos.

Analisando por vetor estratégico, mantemos a predominância da Pesca e nas atividades ligadas ao Mar com decréscimo no sector cooperativo e social.

3.3. Análise da carteira de prémios – PONTO SEGURO

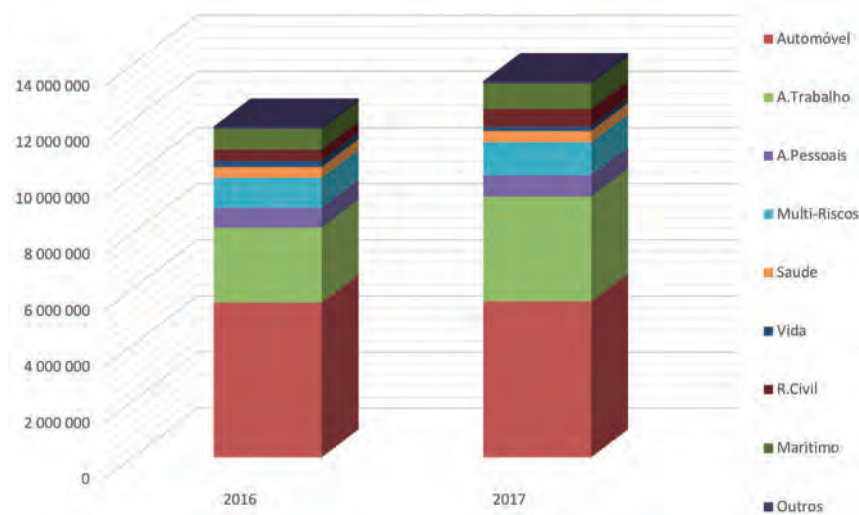
Por Linha de Negócio

Por linha de negócio destaca-se a gestão das carteiras de seguros das autarquias e da economia social, já que estes dois sectores representam cerca de 40% da carteira da mediadora.



Por Produtos

A composição da carteira da Ponto Seguro, com exceção do aumento do peso de Acidentes de Trabalho que passou de 22,7% para 27,9%, e no Automóvel que reduziu de 46,8% para 41,4%, não sofreu alterações significativas em relação ao exercício de 2016.



3.4. Análise da Sinistralidade: Custos com sinistros de seguro direto

Em 2017 registámos um decréscimo na taxa de sinistralidade relativamente a 2016, de 82% para 73%. Esse decréscimo foi sentido em todos os ramos sem exceção.

Registámos 3 acidentes mortais que atingiram os ramos de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais, mais 1 acidente mortal na área de marítimo-turística.

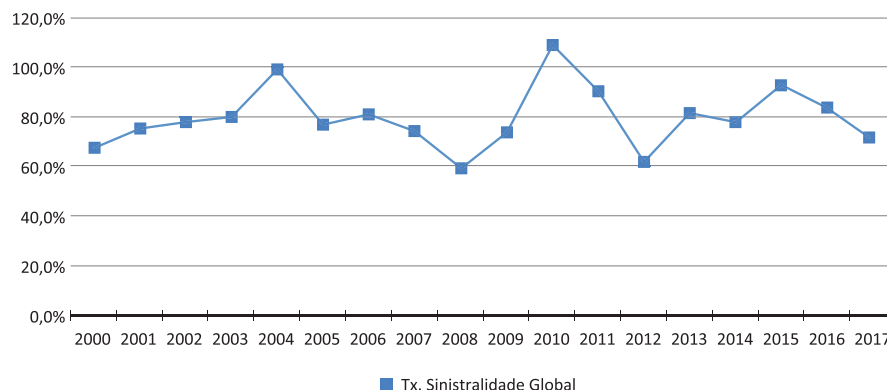
Em Marítimo registámos 3 importantes sinistros, dos quais 1 perda total, 1 submersão e 1 Encalhe, que atingiram o valor global de 703 213€.

QUADRO 6 - TAXAS DE SINISTRALIDADE BRUTAS		
Ramos	2016	2017
Acidentes de Trabalho	97,5%	91,7%
Acidentes Pessoais	35,0%	29,3%
Incêndio e Elementos da Natureza	0,0%	0,0%
Outros Danos em Coisas -Riscos Múltiplos	51,7%	14,4%
Marítimo	76,1%	65,3%
TOTAL	82,0%	73,0%

Taxa de sinistralidade = Custos com sinistros após imputação/Prémios Brutos Emitidos.

Para efeitos de análise expurgamos a modalidade do Desporto Amador em Acidentes Pessoais que se encontra transferida a 100% e que já não tem expressão.

Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Sinistralidade Global



(valores em euros)

QUADRO 7 - CUSTOS COM SINISTROS												
	AC TRABALHO		AC PESSOAIS		INCÊNDIO		MULTIRRISCOS		MARÍTIMO		TOTAL	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Mont.Pagos	3 201 861	3 193 905	469 615	222 384	0	0	109 898	67 420	2 042 043	2 130 197	5 823 417	5 613 905
Var.Prov.Sin.	558 631	225 420	-176 716	-16 408	0	0	-12 175	-79 752	-125 587	-500 104	244 153	-370 844
Resseguro	-127 520	-342 560	-137 621	-67 630	0	0	-98 241	9 078	-1 478 897	-1 011 553	-1 842 278	-1 412 666
Imp.Custos	667 656	643 652	52 896	98 702	0	0	42 491	51 170	149 099	180 929	912 142	974 454
Total	4 300 628	3 720 416	208 174	237 048	0	0	41 972	47 916	586 658	799 469	5 137 433	4 804 849

3.5. O Resseguro

O Saldo geral relativo às Contas de Resseguro apresentou-se favorável aos nossos resseguradores, fruto da sinistralidade menos grave, tocando os contratos proporcionais e os de Excesso de Perda em Acidentes de Trabalho e Marítimo.

Em 2017 não se registaram alterações na estrutura dos contratos de resseguro.

(valores em euros)

QUADRO 12 - CONTAS DE RESSEGURO CEDIDO 2016-2017		
	2016	2017
Prémios de Resseguro Cedido	-2 833 413	-3 076 044
Var. da Prov. Prémios não Adquiridos	16 469	15 062
Comissões de Resseguro Cedido	771 721	911 885
Montantes Pagos	1 872 998	2 564 068
Var. da Provisão Sinistros	-30 719	-1 151 402
Juros s/Reservas	-15 823	-10 399
Saldo	-218 768	-746 829

3.6. Cobranças

Na Mútua registámos em 2017 um comportamento positivo nas cobranças no seu global.

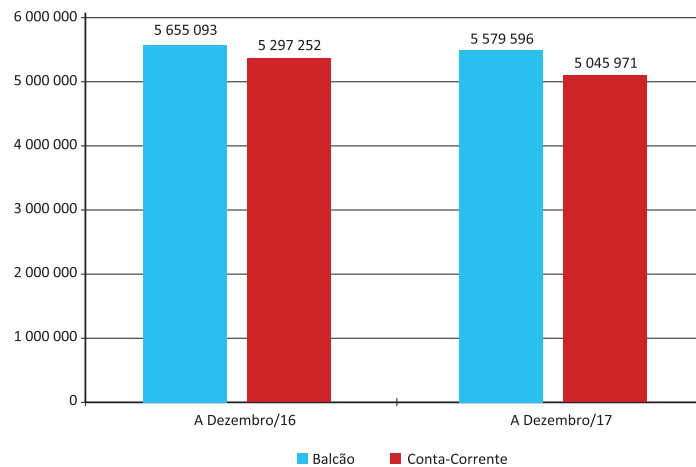
Cobrámos 9 503 205.37€ de Prémios Totais, líquidos de estornos e anulações, o que representou um decréscimo de 4.1% em relação a 2016.

Procedendo à sua análise por canal de cobrança (Recibos cobrados) verificamos um decréscimo de cobrança nos

balcões de (-1.3%) e no canal Conta Corrente em cerca de (-4.7%). Estes valores são influenciados pela recuperação de cobrança ocorrida em 2016 relativa a grandes clientes que não se repetiu em 2017.

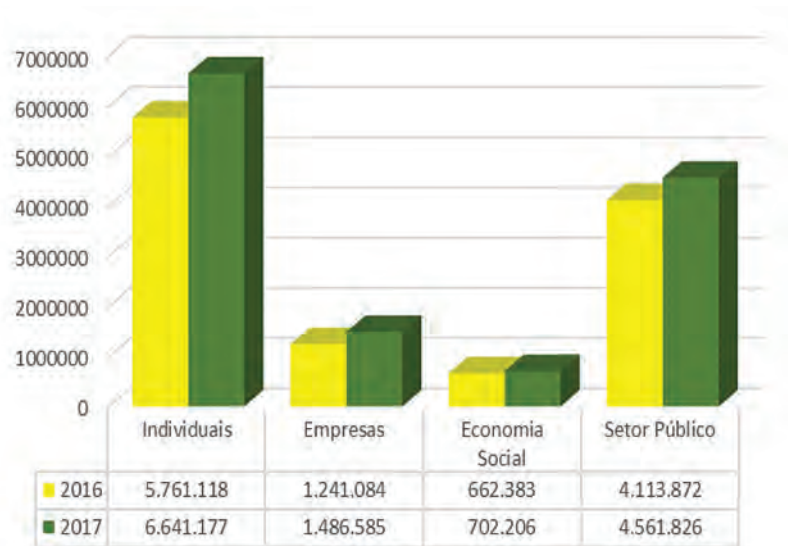
Se retirarmos em 2016 esta componente temos um acréscimo nas cobranças de 2% em relação a 2016.

Gráfico 8 – Cobranças por canal



Na Ponto Seguro o volume de prémios cobrados cresceu em todos os segmentos, com mais significado nas linhas de Individuais e Empresas, com crescimentos de 15,3% e 19,8% respetivamente.

De registar pela importância que tem na atividade da mediadora, o crescimento de 10,9% no volume de prémios dos seguros da carteira do Setor Público.



3.7 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2017 o número de trabalhadores do grupo é de 82 pessoas, incluindo os contratados a termo. O conjunto dos trabalhadores encontra-se distribuído pelo território nacional (continente e regiões autónomas), acompanhando a presença do grupo nas diversas comunidades.

3.7.1. Formação

A Mútua dos Pescadores realizou internamente 1 ação de formação cooperativa – Curso de Cooperativismo e Seguros, enquadrado nas áreas formativas 347 – Enquadramento na organização/empresa e 343 – Finanças, banca

e seguros, respetivamente; e 4 ações de formação de acolhimento (área 347 – Enquadramento na organização/ empresa).

A ação de formação foi desenvolvida para os candidatos aos órgãos sociais (Conselho de Administração e Conselho Fiscal), e alargada a outros quadros dirigentes. Uma formação que visava também cumprir as exigências do novo RJASR no que respeita à necessidade de qualificação dos dirigentes. O curso completo tem 28 horas, distribuídas em duas partes (Cooperativismo e Seguros), durante quatro dias, cada uma com 14 horas. Envolveu 2 formadores externos, da CASES, e 9 internos. Frequentaram a ação 13 formandos totalizando 253 horas de formação. As 3 ações de acolhimento envolveram 4 formandos, totalizando 85 horas.

Quanto à formação no exterior abrangeu 10 trabalhadores, entre quadros técnicos e dirigentes, que frequentaram 15 ações, totalizando 135h e 30' de formação. 4 trabalhadores da área financeira, 4 da área técnica, 1 da assessoria à administração e 1 da informática.

Na participada Ponto Seguro, foram realizadas ações de formação, com emissão de certificado de formação profissional, abrangendo vários trabalhadores da empresa.

3.8. A Cooperativa

3.8.1. Em destaque

Novos órgãos sociais

Na sequência da eleição dos membros dos órgãos sociais, para o quadriénio 2017-2020, na sua primeira reunião, o Conselho de Administração elegeu José Manuel Jerónimo Teixeira e João Paulo Quinzico Delgado, para assumirem, respetivamente, as funções de Presidente e Vice-presidente do órgão, com funções executivas. Nomeou ainda, para Provedora do Utente, Patrícia Cruz Gomes, advogada, jurista e formadora desde 2000, com experiência no movimento cooperativo, nomeadamente a coordenação da área de defesa do consumidor na Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores – FENACCOOP, entre 1997 e 2012.

Representante dos trabalhadores

Os novos órgãos sociais passaram a integrar também, no Conselho Nacional, tal como previsto nos estatutos, na última revisão de abril de 2016, um representante dos trabalhadores, cuja eleição decorreu em 01.03.2017. Com uma elevada participação dos trabalhadores da Mútua (83% de votantes) foi eleita Marta Pita, trabalhadora da Mútua desde 2009, com 91,42% dos votos.

Plano de ação cooperativa “Pés no Terreno”

As comunidades piscatórias de Setúbal, Sagres, Portimão e Tavira, acolheram as últimas ações do “Pés no Terreno” de 2017, naquela que é a primeira fase desta campanha, que teve como objetivos principais a proximidade e auscultação das comunidades marítimas por todo o país, tentando obter um conhecimento cada vez maior sobre a vida diária dos cooperadores e utentes da Mútua.

Jornadas do Grupo Mútua

As Jornadas anuais de trabalho foram organizadas em quatro painéis temáticos – Estratégia económica e financeira, Produção e crescimento sustentado, Controlo da sinistralidade e Fortalecimento da cooperativa.

Sob o mote “Crescer sustentadamente” refletiu-se sobre objetivos estratégicos: Reforçar a ação seguradora na pesca sobretudo no ramo marítimo, com especial enfoque no recreio e marítimo-turística; aumentar o número de apólices e aumentar também a consciência dos riscos entre os segurados; aproveitar mais eficazmente o conhecimento e experiência acumulados da Ponto Seguro no setor público, economia social e sindicatos, e noutras áreas geográficas não marítimas.

Crescer também por via da redução de custos com sinistralidade, quer a montante quer a jusante. Responder eficazmente às exigências de Solvência II, e finalmente reforçar a ação da cooperativa, quer internamente, promovendo entre todos, um espírito de entajuda e solidariedade, quer dando continuidade à campanha “Pés no Terreno”, que com espírito de missão tem como objectivo fazer de cada utente da cooperativa um cooperador!

3.8.2. Segurança Marítima

Preocupação estruturante da Mútua, que continua a bater-se por esta questão, seja através de iniciativas próprias: através do “Pés no Terreno”; procurando soluções para continuar a promover ações de formação e sensibilização; ou dos artigos na Revista “Marés”, Site e Facebook. Das ações em parceria, destacam-se as desencadeadas pela Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens no Mar (novas farmácias de bordo, com impacto direto na ação da Mútua sobre os seus cooperadores e utentes da pesca, estatísticas de Acidentes de Trabalho na pesca e o inquérito às condições de segurança na pesca) e da Associação Economia Azul-Unidos pelo Mar (nos Encontros do Mar, onde as questões da segurança também são recorrentes).

Também, através da participação em iniciativas várias, como o lançamento do programa “Costa Segura”, desenvolvido pela Autoridade Marítima Nacional; ou apoiando e divulgando o trabalho desenvolvido por outras entidades, como a DGAM, o Instituto de Socorros a Náufragos, a ACT e o Clube Oficiais da Marinha Mercante.

Destaque ainda para a publicação da versão portuguesa do “Guia europeu para a prevenção de riscos em pequenos navios de pesca”, um trabalho desenvolvido pela Labour Associados, SLL, por encomenda da Comissão Europeia, que envolveu a Mútua, entre várias outras organizações europeias, tendo a Mútua integrado o painel de avaliação da primeira versão do projeto, em 2011.

3.8.3. Projetos

Durante o ano transato, aprofundou-se o estudo e análise dos fundos comunitários inseridos no programa “Mar2020”, visando encontrar soluções que permitam retomar, preferencialmente em parceria, as ações de formação de segurança para os cooperadores, quer da Pesca, quer da Marítimo-Turística. Com esse objetivo, incluiu-se a possibilidade de recurso aos DLBC’s costeiros (Desenvolvimento Local de Base Comunitária), os quais a Mútua integra, reunindo com potenciais parceiros para estas ações.

3.8.4. Parcerias e Intercooperação

Manteve-se a colaboração nas iniciativas da Associação Economia Azul-Unidos pelo Mar (ex-Clube do Mar), da qual a Mútua é associada, sendo de realçar os Encontros de Mar. Com a Associação David Melgueiro, foi assinado um acordo de cooperação, tendo-se a Mútua tornado sócia.

Das atividades náuticas regista-se a participação no Dia da Marinha do Tejo, no V Cruzeiro Religioso do Tejo e no 80º. Aniversário do Museu Marítimo de Ílhavo, aprofundando a cooperação com a Marinha do Tejo, a Confraria Ibérica do Tejo e o Museu Marítimo de Ílhavo, respetivamente.

A Mútua apoiou os projetos “Peniche Paddle Series 2017”, Prova Náutica “Sup Race” em parceria com a ASSUP-Associação de Stand UP Paddleboarding de Portugal, em S. Martinho do Porto; as XI Jornadas Náuticas do Clube Naval de Peniche. Por fim, no âmbito da presença na Feira do Mar 2017, em Portimão, destaca-se a participação no 1º Congresso das Marítimo--Turísticas.

A Mútua continuou a apoiar diversas comunidades piscatórias e costeiras, nas suas festividades, como as do Dia do Pescador ou nas festividades de verão.

Na área cultural, prestou-se apoio e acompanhamento ao projeto “Nazaré Marés de Maio”, que envolveu diversas organizações locais, entre as quais a Câmara Municipal e a própria Mútua, que pretende promover o “Mar” na (e

com a) comunidade, através das artes e de outras atividades locais (turismo, gastronomia, desporto, sensibilização ambiental e atividades com escolas).

Prestou-se apoio, também, ao projeto “Vila Chã, um Mar de experiências” (com raízes na dinâmica do projeto Celebração da Cultura Costeira - CCC), que pretende sensibilizar os jovens para a (re)valorização da sua cultura local, piscatória e costeira, e que em 2017 produziu o Livro com o mesmo nome e jogos pedagógicos. A Mútua apoiou a VIII Edição do É-Aqui-in-Ócio - Festival Internacional de Teatro, dinamizado pelo Teatro local Varazim, e, no quadro da colaboração anual com a Âncora Editora, na sua coleção Novos Mares, apoiou a edição do livro “Mar Nosso”, de Artur Pastor.

Manteve-se o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Associação Cultural Bindo’ Peixe, desta vez apoiando a realização de uma exposição nas Caxinas sobre a pesca do bacalhau; do projeto do grupo Galateia, centrado em “Os Pescadores” de Raul Brandão, e manteve-se o acompanhamento do percurso do documentário “Mar de Sines”. A Mútua associou-se ainda ao movimento para a recuperação da Igreja da Ajuda, um importante marco no património da cidade de Peniche.

Continuamos a aderir à campanha do Pirlampo Mágico, promovida pela FENACERCI.

Na área da formação, destaca-se a adesão, uma vez mais, ao Dia Aberto nas Escolas, recebendo estudantes da Escola do SISEP e da Escola de Comércio de Lisboa, e acolhendo um estudante universitário, integrado no programa Best Inside View.

Foi prestado apoio à iniciativa “Semana Pensar a nossa ilha (também) debaixo de água”, Graciosa, agosto 2017, promovida, entre outras, pela Associação de Pescadores Graciosenses, com o fim de sensibilizar para as questões da exploração profissional e lúdica dos recursos marinhos e preservação dos habitats.

Registam-se, finalmente, ações simbólicas de solidariedade a causas transversais a todos: apoio dado às vítimas dos incêndios de Pedrogão Grande e de Pampilhosa da Serra, de junho e outubro de 2017, respetivamente.

Ainda sobre os grandes incêndios de 2017, a Mútua integrou o Fundo Especial de Apoio às vítimas constituído pela APS. Regista-se também a adesão à campanha “10 milhões de estrelas – um gesto pela paz”, inserida na evocação do Dia Mundial dos Pobres (19 de dezembro), promovido pela Cáritas.

3.8.5. Setor Cooperativo e Social

Convidaram-se algumas organizações de economia social (ACEP - Associação para a Cooperação entre os Povos, ADAPI – Associação de Armadores da Pesca Industrial, ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, e CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL), a partilharem com a comunidade Mútua, através da Revista “Marés”, o que nos une, enquanto organizações da economia social.

A Mútua continuou a acompanhar a CONFECOOP, que em 2017 foi a entidade responsável pela organização das comemorações oficiais do Dia Internacional das Cooperativas, em colaboração com a Mútua e a Cercipeniche, que este ano cumpriu o seu 40º aniversário. A Mútua participou ainda no IX Colóquio Ibérico Internacional de Cooperativismo e Economia Social e no Congresso Nacional de Economia Social, que terminou com a assinatura da Carta de Compromisso para a criação Confederação da Economia Social Portuguesa, pela Animar, CNIS, CONFAGRI, CONFECOOP, CPCCRD, Centro Português de Fundações, União das Misericórdias Portuguesas e União das Mutualidades Portuguesas e com a apresentação de 20 recomendações que resultaram do trabalho e reflexões das cinco sessões temáticas.

3.8.6. Acompanhamento Social

Destaca-se, no âmbito da ação social, a intervenção junto dos familiares de 3 utentes, vítimas mortais de Acidentes de Trabalho.

Foi também prestado acompanhamento a 5 processos muito graves de incapacidades, resultantes de Acidentes de Trabalho na pesca, tendo um deles infelizmente resultado na morte de 1 pessoa.

3.8.7. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários

Durante o ano de 2017, não se registou qualquer reclamação à Provedora do Utente.

Foram tratados e encerrados, pelo Sistema de Audição, em 1ª instância, 7 processos de reclamação: 5 apresentadas através dos canais internos do Sistema de Audição, 1 por via Portal da ASF, e outro por via do Livro de Reclamações. Dos 7 processos, 2 tiveram resposta favorável (processos de AT/Pesca e Marítimo/Recreio), e 4 desfavorável (AT/Pesca, AP/Praticantes de desporto de uma coletividade, Marítimo/Recreio e Marítimo/Turística). Uma das reclamações, do ramo de Incêndio/Multirriscos (PME), deu entrada através do Portal da ASF, mas, dado que o reclamante recorreu ao Julgado de Paz em simultâneo, passou a seguir esses trâmites.

Dos processos, 6 diziam respeito a aspetos relacionados com a regularização de sinistros e 1 foi no quadro de um pedido de cotação/subscrição (o processo de AP/Atividade associativa).

Tivemos ainda um pedido de esclarecimento da ASF sobre um processo de reclamação de 2016, que originou uma recomendação do Provedor.

Na Ponto Seguro durante o ano 2017, foram recebidas e tratadas com a ASF 2 reclamações relacionadas com Seguro Automóvel.

3.8.8. Informação e Comunicação

No que respeita aos meios internos, editaram-se 3 números da Revista “Marés” (77,78 e 79), que destacou este ano o 75.º Aniversário da Mútua, tema de capa do n.78, juntamente com um especial 35 anos da Ponto Seguro. Para assinalar o aniversário produziu-se também um vídeo institucional. A Revista “Marés” empenhou-se na divulgação da sua história, através das várias edições publicadas em 2017. O Site e o Facebook institucionais continuaram a divulgar as iniciativas mais relevantes da Mútua, algumas aprofundadas na “Marés”.

Continuou-se a publicar artigos em revistas e outros meios externos, ligados à nossa atividade.

Em 2017 publicou-se um artigo sobre a Mútua em Sesimbra, num suplemento de um jornal nacional dedicado à região e 2 artigos para uma revista de turismo, sobre produtos específicos para a marítimo-turística.

A Mútua colaborou ainda com a AMICE num trabalho da sua responsabilidade, sobre as organizações membro, elaborando e compilando material de divulgação da Mútua.

3.8.9. Ações de Marketing e Publicidade

Foram mais de 70 as ações de marketing desenvolvidas durante o ano de 2017.

Uma parte significativa consistiu na publicidade – já com novos anúncios - em jornais e revistas de imprensa escrita e eletrónica.

Destaca-se a presença nos seguintes eventos: Nauticampo, Segurex, Mar Algarve, Feira do Mar-Sines, III Conferência do Jornal “Economia do Mar”, Conferência “Mar em Português”, Mar-Património e Potencialidades, Encontros do Mar na Nazaré, Figueira da Foz e Mourão, 12ª Corrida da Liberdade, em Setúbal.

Finalmente, lançou-se a Campanha de Marítimo Pesca, apresentada e desenvolvida na edição de dezembro/2017 da revista “Marés”.

3.8.10. Coro Grupo Mútua

O Coro continuou a acompanhar o Grupo Mútua em todas as suas ações. Deu as boas vindas aos novos órgãos sociais, em abril; participou em algumas das sessões públicas do 75.º Aniversário e na exposição Mar-Património e Potencialidades, que a Mútua integrou; esteve também uma vez mais na Nauticampo, e na iniciativa “Nazaré – Marés de Maio”.

De destacar o reconhecimento crescente que o Coro vai tendo, por parte dos parceiros e entidades com quem o Grupo se relaciona.

4. Acontecimentos subsequentes

Nada a mencionar.

5. Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Foi aprovada, pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Avaliação e Vencimentos, uma Política Interna de Remuneração, nos termos previstos nos estatutos.

A política aprovada prevê, nomeadamente:

As remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização não integram qualquer componente variável, quer relativamente aos membros do órgão de administração que exerçam competências executivas, quer relativamente aos não executivos.

Não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração deverá ter em linha de conta os conhecimentos e a experiência em gestão, seguros e setores estratégicos da atividade da Mútua dos Pescadores e as correlativas responsabilidades delas decorrentes, bem como o tempo de ocupação que tais funções exigem.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração não poderá ser superior a três vezes a remuneração média dos trabalhadores efetivos da Mútua dos Pescadores.

Os membros não executivos não auferem, em regra, qualquer remuneração fixa ou variável, apenas sendo recompensado por ajudas de custo e reembolso de despesas, de acordo com as normas internas, quando participam pontualmente em reuniões ou outros trabalhos da cooperativa.

Excecionalmente, quando as obrigações previstas com a participação em reuniões e trabalho executivo o justificarem, poderá ser deliberada a atribuição de uma remuneração mensal fixa adequada.

A execução da política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com periodicidade anual, a exercer pela função-chave de auditoria interna, em articulação com a Comissão de Avaliação e Vencimentos, conforme as recomendações contidas na Circular da ASF n.º 6/2010, de 1 de abril, sobre política de remuneração.

Nos termos do artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, a Comissão de Avaliação e Vencimentos submete anualmente à aprovação da Assembleia-Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização.

6. Política de remuneração dos Diretores de Topo e colaboradores que exerçam funções-chave:

As remunerações dos diretores de topo, incluindo o(a) Diretor(a) Geral, são fixas e definidas pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Avaliações e Vencimentos, de acordo com as tabelas salariais e o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) celebrado entre a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e os sindicatos da atividade seguradora, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), 1ª Série, n.º 29 de 08/08/2009, também aplicáveis aos restantes trabalhadores, não estando fixada qualquer política de remuneração variável ou a atribuição de outros benefícios não aplicáveis aos restantes trabalhadores.

As remunerações dos responsáveis por funções-chave e pessoas que exercem funções-chave, são igualmente fixas e definidas pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, nos termos acima descritos.

O exercício de funções-chave em regime de subcontratação, por pessoas ou entidades externas, deve cumprir o artigo 78º do RJASR e a Política Interna de Subcontratação.

As remunerações são atribuídas, considerando o nível de qualificação e experiência profissional demonstrados, a natureza das responsabilidades e funções a exercer, a natureza cooperativa da organização e a sua capacidade económica e financeira.

7. Política de remuneração dos demais colaboradores:

A definição das remunerações e da política de progressão das carreiras profissionais, compete ao Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, com base nas tabelas salariais e instrumento de regulamentação coletiva em vigor.

Anualmente realiza-se uma avaliação do desempenho de todos os trabalhadores que, não tendo um efeito direto na sua remuneração, é elemento de ponderação na progressão das carreiras profissionais e contribui para a identificação e desenvolvimento de necessidades de formação e para o alinhamento com os objetivos da cooperativa.

8. Outras Informações

O Conselho de Administração tem reunido com periodicidade mensal, acompanha a gestão corrente, delibera sobre os assuntos mais importantes, aprova e acompanha a implementação das políticas internas e define as orientações estratégicas. As reuniões ocorrem, normalmente, ao fim de semana, para facilitar a presença dos seus membros, que desenvolvem outras atividades profissionais.

O Comité de Gestão reúne pelo menos duas vezes por mês e garante a gestão corrente.

O Comité de Quadros é o órgão de acompanhamento da execução das políticas, planos de ação e objetivos a nível setorial e regional. Visa permitir a participação de todos os quadros dirigentes dos serviços ou altamente qualificados na definição das medidas e ações a empreender, seu acompanhamento, tendo o objetivo de facilitar o alinhamento geral necessário. Reúne e procede à avaliação dos resultados das medidas e ações, em cada trimestre, perspetivando o trabalho futuro.

Ao Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno compete promover e implementar as políticas internas, os procedimentos e controlos adequados à significância dos riscos, sua mitigação e controlo, ao reforço da confiança nos procedimentos operacionais da empresa, de modo a possibilitar a deteção atempada de falhas e/ou fragilidades nos processos e estruturas operativas.

O Comité Comercial é o órgão de apoio à definição de estratégias e ações comerciais a desenvolver. Acompanha a execução das políticas e planos de ação e objetivos ao nível comercial.

9. Perspetivas para o triénio 2018-2020

De acordo com o plano de ação dos novos órgãos sociais, que afirma o objetivo de um “efetivo regresso ao Mar”, a Mútua confirma-se como líder no mercado da pesca profissional, onde regista cerca de 70% da sua produção, continuando este setor a merecer a sua atenção prioritária no próximo triénio.

Mas, com tanto Mar ao nosso alcance e olhando para a multiplicidade de setores e atividades económicas que, de modo dinâmico e empreendedor se vão desenvolvendo no setor marítimo, devemos continuar a estender o nosso olhar para um horizonte mais amplo, reforçando visivelmente a atividade seguradora em setores marítimos, como a marítimo-turística, onde somos líderes de mercado, a náutica de recreio, onde também o pretendemos ser e as comunidades ribeirinhas, aproveitando a nossa especialização e o conhecimento que adquirimos destes setores. O reforço da nossa presença no setor marítimo deve ser alcançado, sobretudo através do reforço da produção dos nossos seguros, em ramos como o Marítimo, onde somos especialistas, Acidentes Pessoais e Multiriscos, conjugando o desenvolvimento de ações que permitam uma redução visível dos custos com sinistralidade, especialmente no ramo de Acidentes de Trabalho.

Sendo a Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL uma cooperativa de utentes de seguros, é fundamental também aumentar consideravelmente a produção no setor cooperativo e da economia social, reforçar a ligação com as entidades aí integradas, respondendo, de forma eficaz e com a garantia da confiança de sempre, às suas necessidades de seguros. O setor público e o setor sindical são também áreas onde se pretende afirmar a presença, enquanto seguradora.

Ao nível da nossa ação cooperativa, o objetivo para o quadriénio 2017-2020 é reforçar visivelmente o número de cooperadores, assumindo o desafio de duplicar o atual número e fomentar a respetiva participação na vida da cooperativa. “Juntos, seremos mais fortes para atuar na defesa do desenvolvimento social, económico, cultural das comunidades, em especial das comunidades ribeirinhas e pugnar pelo desenvolvimento do setor da pesca profissional.

Uma cooperativa não sobrevive apenas com crescimento económico, com aumento de produção e redução de custos com sinistralidade.

É o coletivo de pessoas que a distingue!”

A nossa participada PONTO SEGURO tem como objetivos estratégicos a manutenção do crescimento da carteira e do comissionamento, nomeadamente:

- Consolidar o nível de receitas (comissionamento) de forma a manter o equilíbrio financeiro;
- Defender e melhorar os níveis de comissionamento base, bem como os acordos de incentivos com as diversas companhias;
- Controlar os custos;
- Aumentar e diversificar o portfólio de produtos comercializados, tanto a atuais, como a novos clientes;
- Adequar a organização da Ponto Seguro às exigências da nova Diretiva Comunitária sobre a distribuição de seguros;
- Crescer 5%

10. Agradecimentos

O Conselho de Administração reconhece e agradece aos órgãos sociais anteriores o contributo para os resultados obtidos neste exercício e tudo o que legaram para o futuro.

Os resultados do exercício de 2017, sendo economicamente considerados muito positivos, são sobretudo fruto da conjugação dos objetivos definidos, com a competência, o empenho e a dedicação de trabalhadores, colaboradores, cooperadores e dirigentes. De igual modo sem a confiança dos cooperadores, tomadores de seguros, segurados e pessoas seguras, estes resultados não seriam possíveis e por isso estamos gratos.

Reconhecemos o apoio dos nossos resseguradores e agradecemos a atenção dispensada pelos nossos reguladores e supervisores, bem como a todas as entidades públicas, privadas e organizações do setor da economia social que colaboraram com a Mútua em 2017.

A todos, o Conselho de Administração agradece e reconhece o contributo para fazer do Grupo Mútua uma referência no setor segurador e mediador.

Lisboa, 23 de Maio de 2018

O Conselho de Administração

Jerónimo Teixeira (Presidente)
 João Paulo Delgado (Vice Presidente)
 Álvaro Bota
 Arsénio Marques Caetano
 Filipe Marques
 Jerónimo Gomes Viana
 José Luís Cabrita

O Comité de Gestão

Ana Vicente – Diretora Geral
 Joaquim Simplicio – Diretor Geral Adjunto
 Sara Domingues – Diretora Financeira e de Resseguro

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício anterior
ATIVO					
8/11/30	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	946 913	0	946 913	742 249
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0
	Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0
	Derivados de cobertura	0	0	0	0
6/11/29	Ativos financeiros disponíveis para venda	21 269 527	0	21 269 527	19 551 736
6/11/29	Empréstimos e contas a receber	1 126 982	0	1 126 982	1 674 495
	Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
	Outros depósitos	950 561	0	950 561	1 501 801
	Empréstimos concedidos	176 421	0	176 421	172 694
		0	0	0	0
	Outros	0	0	0	0
6/11/29	Investimentos a deter até à maturidade	254 941	0	254 941	694 892
6/9/11	Terrenos e edifícios	7 935 302	61 520	7 873 782	7 879 439
	Terrenos e edifícios de uso próprio	3 539 002	61 520	3 477 482	3 417 609
	Terrenos e edifícios de rendimento	4 396 300	0	4 396 300	4 461 830
4/10/11	Outros ativos tangíveis	1 822 935	1 677 188	145 747	142 916
	Inventários	0	0	0	0
	Goodwill	0	0	0	0
	Outros ativos intangíveis	0	0	0	0
23	Provisões técnicas de resseguro cedido	2 673 054	0	2 673 054	3 966 586
	Provisão para prémios não adquiridos	582 200	0	582 200	567 138
	Provisão matemática do ramo vida	0	0	0	0
	Provisão para sinistros	2 090 853	0	2 090 853	3 399 447
	Provisão para participação nos resultados	0	0	0	0
	Provisão para compromissos de taxa	0	0	0	0
	Provisão para estabilização de carteira	0	0	0	0
	Outras provisões técnicas	0	0	0	0
21	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1 316 009	0	1 316 009	1 266 232
13/24/29	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 240 602	923 910	2 316 692	2 736 281
	Outros devedores por operações de seguro directo	1 801 592	897 778	903 814	1 072 853
	Outros devedores por outras operações de resseguro	312 834	0	312 834	53 048
	Outros devedores por outras operações	1 126 176	26 132	1 100 044	1 610 379
22	Ativos por impostos	400 664	0	400 664	348 081
	Ativos por impostos correntes	117 742	0	117 742	66 449
	Ativos por impostos diferidos	282 922	0	282 922	281 632
	Acréscimos e diferimentos	31 977	0	31 977	33 293
	Outros elementos do ativo	0	0	0	0
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0	0	0	0
	TOTAL ATIVO	41 018 905	2 662 618	38 356 288	39 036 201

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
23	Provisões técnicas	17 989 775	18 664 783
	Provisão para prémios não adquiridos	924 719	876 776
	Provisão matemática do ramo vida	0	0
	Provisão para sinistros	16 724 081	17 236 522
	De vida	0	0
	De acidentes de trabalho	13 364 856	13 252 358
	De outros ramos	3 359 225	3 984 163
	Provisão para participação nos resultados	0	0
	Provisão para compromissos de taxa	0	0
	Provisão para estabilização de carteira	0	0
	Provisão para desvios de sinistralidade	63 500	58 500
	Provisão para riscos em curso	277 475	492 986
	Outras provisões técnicas	0	0
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0	0
6/29	Outros passivos financeiros	2 801 644	4 094 958
	Derivados de cobertura	0	0
	Passivos subordinados	0	0
	Depósitos recebidos de resseguradores	2 801 644	4 094 958
	Outros	0	0
21	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1 293 938	1 231 742
25/29	Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 187 092	3 520 353
	Outros credores por operações de seguro directo	2 738 184	2 866 822
	Outros credores por outras operações de resseguro	14 187	251 450
	Outros credores por outras operações	434 722	402 081
22	Passivos por impostos	1 890 799	1 474 486
	Passivos por impostos correntes	1 240 172	1 130 711
	Passivos por impostos diferidos	650 627	343 775
	Acréscimos e diferimentos	461 620	396 822
	Outras Provisões	0	0
	Outros Passivos	0	0
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0	0
	TOTAL PASSIVO	27 624 868	29 383 144
	CAPITAL PRÓPRIO		
27	Capital	5 045 058	5 011 046
	(Acções Próprias)	0	0
	Outros instrumentos de capital	0	0
28	Reservas de reavaliação	2 133 370	1 398 742
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	1 289 686	611 052
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	843 684	787 690
	Por revalorização de activos intangíveis	0	0
	Por revalorização de outros activos tangíveis	0	0
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0	0
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0	0
	De diferenças de câmbio	0	0
28	Reserva por impostos diferidos	-416 277	-185 970
28	Outras reservas	1 346 255	1 718 813
	Resultados transitados	1 329 051	1 272 342
	Resultado do exercício	1 293 962	438 084
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	10 731 420	9 653 057
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	38 356 288	39 036 201

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
2/14	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	0	5 403 384		5 403 384	5 654 194
	Prémios brutos emitidos	0	8 513 705		8 513 705	8 515 981
	Prémios de resseguro cedido	0	-3 076 044		-3 076 044	-2 833 413
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	0	-49 339		-49 339	-44 843
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	0	15 062		15 062	16 469
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0	0		0	0
2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	0	4 804 849		4 804 849	5 137 432
	Montantes pagos	0	4 046 431		4 046 431	4 949 879
	Montantes brutos	0	6 610 499		6 610 499	6 822 876
	Parte dos resseguradores	0	-2 564 068		-2 564 068	-1 872 998
	Provisão para sinistros (variação)	0	758 417		758 417	187 554
	Montante bruto	0	-392 985		-392 985	156 834
	Parte dos resseguradores	0	1 151 402		1 151 402	30 719
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	0	-210 510		-210 510	80 284
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	0	0		0	0
	Montante bruto	0	0		0	0
	Parte dos resseguradores	0	0		0	0
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	0	0		0	0
15/19/20	Custos e gastos de exploração líquidos	0	934 191		934 191	1 048 778
	Custos de aquisição	0	891 241		891 241	884 206
	Custos de aquisição diferidos (variação)	0	-1 396		-1 396	-4 671
	Gastos administrativos	0	956 232		956 232	940 964
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	0	-911 885		-911 885	-771 721
	Rédito			1 618 522	1 618 522	1 361 592
16	Rendimentos	0	767 744	41 017	808 761	835 933
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	572 802	0	572 802	596 553
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	0	194 942	41 017	235 959	239 379
19	Gastos financeiros	0	317 528	14 561	332 089	313 041
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	93 798	678	94 475	62 963
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	0	223 730	13 883	237 613	250 078

O Contabilista Certificado
 António dos Santos Monteiro
 CC nº 31942

O Conselho de Administração
 José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
17/18	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	0	26 163	2 000	28 163	312 275
	De ativos disponíveis para venda	0	66 369	0	66 369	311 605
	De empréstimos e contas a receber	0	0	0	0	0
	De investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0	0
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	0	0	0	0	0
	De outros	0	-40 206	2 000	-38 206	670
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Diferenças de câmbio	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0	0	0	0	0
18	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	0	38 501	22 113	60 614	315 329
	De ativos disponíveis para venda	0	38 501	0	38 501	177 685
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	0	0	0	0	0
	De investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0	0
	De outros	0	0	22 113	22 113	137 644
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	0	-27 853	0	-27 853	68 604
	Outras provisões (variação)	0	0	-169 051	-169 051	-311 264
	Outros rendimentos/gastos	0	0	-581 474	-581 474	-1 143 721
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	0	0	0	0	0
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	0	0	0	0	0
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	0	284 880	1 212 442	1 497 323	505 276
22	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		29 965	179 329	209 294	119 530
22	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		-1 384	-4 549	-5 933	-52 338
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0	256 300	1 037 663	1 293 962	438 084

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro
CC nº 31942

O Conselho de Administração
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luís Cabrita

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva legal	Outras reservas			
	Saldo em 1 de janeiro de 2016	5 281 916	685 691	852 056	-210 434	291 838	1 731 172	1 318 075	167 424	10 117 737
	Aumentos/reduções de capital	-270 870								-270 870
16	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-74 639							-74 639
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			-64 366						-64 366
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				24 464					24 464
	Aplicação do resultado líquido do exercício anterior					31 763		135 661	-167 424	0
	Ajustamentos em subsidiárias						-335 960	-181 393		-517 353
	Resultado do exercício								438 084	438 084
	Saldo em 31 de dezembro de 2016	5 011 046	611 052	787 690	-185 970	323 601	1 395 212	1 272 343	438 084	9 653 057
	Aumentos/reduções de capital	34 012								34 012
16	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		678 634							678 634
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			55 994						55 994
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-230 306					-230 306
	Aplicação do resultado líquido do exercício anterior					34 149		403 935	-438 084	0
	Ajustamentos em subsidiárias						-406 706	-347 227		-753 933
	Resultado do exercício								1 293 962	1 293 962
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	5 045 058	1 289 686	843 684	-416 277	357 750	988 506	1 329 051	1 293 962	10 731 420

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro
CC nº 31942

O Conselho de Administração
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

Notas do Anexo	Demonstração do Rendimento integral em 31 de Dezembro	2017	2016
26	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1 293 941	631 038
	RESULTADO NÃO RECONHECIDO NOS RESULTADOS		
	Outro rendimento integral do exercício:		
	Ativos financeiros disponíveis para venda:		
6/17/18	Ganhos e perdas líquidos (variação do justo valor)	678 634	-74 639
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício		
	Imparidade	0	0
	Alienação	0	0
9	Terrenos e edifícios de uso próprio (reavaliações)	55 994	-64 366
24	Impostos (variação das reservas para impostos diferidos)	-230 306	24 464
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais		
23	Benefícios pós-emprego	-42 108	9 821
	Outros movimentos	0	0
	Total do resultado não reconhecido	462 213	-104 720
	TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS	1 756 154	526 318

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro
CC nº 31942

O Conselho de Administração
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADAS

1. Informações gerais

1.1 Nota Introdutória

O Grupo Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L., (doravante designada por Grupo ou Mútua) é constituído pela empresa-mãe Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L. e a sua subsidiária detida integralmente, Ponto Seguro – Empresa Mediadora de Seguros, Lda..

O Grupo tem a sua sede e domicílio fiscal na Av. Santos Dumont, 57- 6º, 7º, e 8º - 1050 – 202 Lisboa.

1.2 Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera.

A Mútua dedica-se ao exercício da atividade de seguros não – vida, nos ramos: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos em Coisas (designado por “Multirriscos”) e Embarcações marítimas, lacustres e fluviais (designado por “Marítimo”).

Tradicionalmente, os ramos mais importantes, em termos de volumes de prémios, são os ramos de Acidentes de Trabalho, com 52% e Marítimo com 33%, cabendo a Acidentes Pessoais 12% e ao Multirriscos 3%, do total dos prémios emitidos em 2017, centrados na totalidade em Portugal.

A Mútua não comercializa contratos de investimento ou de prestação de serviços.

Por último o Grupo opera também na área da mediação de seguros.

2. Informação por segmentos

2.1 Indicação dos tipos de produtos e serviços incluídos em cada segmento de negócio relatado, referindo a composição de cada segmento geográfico relatado, quer principal quer secundário.

Considera-se um segmento de negócio a um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, também sujeito a riscos e proveitos.

A Mútua considera o segmento de negócio como o segmento principal, e efetua o seu relato da informação por ramos, como segue: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos em Coisas e Marítimo.

Modalidades incluídas em cada segmento de negócio:

Acidentes de Trabalho:

- Trabalhadores por Conta de Outrem
- Trabalhadores Independentes
- Subscritores da Caixa Geral de Aposentações
- Transferência de Pensões

Acidentes Pessoais:

- Individual/Grupo, Escolar, Formandos, Bombeiros, Autarcas;
- Lazer (onde se inclui o Desporto Amador), Viagem, Mergulho, Pesca Desportiva

Seguros Patrimoniais:

- Incêndio
- Multirriscos (Habitação, Condomínio, PME)
- Aquacultura

Marítimo:

- Cascos – Embarcações de Pesca

- Cascos - Embarcações de Marítimo/Turística e de barcos de recreio

No segmento de França apenas estão incluídas as seguintes modalidades:

- Acidentes Pessoais
- Individual/Grupo
- Marítimo
- Cascos – Embarcações de Pesca

Nota – A partir de 2013 a Mútua abandonou progressivamente o mercado de França e neste ano já não teve qualquer prémio, de seguro direto e de resseguro. Apenas mantém provisões.

2.2 Relato por segmentos de negócio e por segmentos geográficos

A produção de prémios por segmentos, de negócio e geográfico, constam dos quadros abaixo.

2017

(valores em euros)

Resultado por Segmento Negócio	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais	Incêndio e Elem. Natureza	Multi Riscos	Marítimo	Total Não Vida
Prémios Brutos Emitidos	4.428.325	1.040.523	922	269.307	2.774.628	8.513.705
Prémios de Resseguro Cedido	344.983	370.589	830	237.090	2.122.553	3.076.044
Prémios Adquiridos Líquidos Resseguro	4.065.024	660.921	94	32.010	645.334	5.403.384
Custos Sinistro Líquidos Resseguro	3.720.416	237.048	0	47.916	799.469	4.804.849
Custos Exploração Líquidos Resseguro	312.352	334.738	70	53.920	233.111	934.191
Resultados dos Investimentos	437.871	1.778	18	-693	-1.096	437.879
Resultado Técnico	485.540	92.524	-191	-55.443	-237.550	284.880
Provisões Técnicas	13.561.003	852.478	2.720	251.318	3.322.256	17.989.775
Investimentos Afetos à Representação das Provisões Técnicas	22.990.796	1.167.860	3.726	402.865	4.551.356	29.116.603

2016

(valores em euros)

Resultado por Segmento Negócio	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais	Incêndio e Elem. Natureza	Multi Riscos	Marítimo	Total Não Vida
Prémios Brutos Emitidos	4.543.175	987.247	922	270.959	2.713.677	8.515.981
Prémios de Resseguro Cedido	128.426	359.539	830	237.973	2.106.645	2.833.413
Prémios Adquiridos Líquidos Resseguro	4.396.777	624.093	93	33.481	599.749	5.654.194
Custos Sinistro Líquidos Resseguro	4.300.628	208.174	0	41.972	586.658	5.137.433
Custos Exploração Líquidos Resseguro	335.868	137.658	125	69.986	505.142	1.048.778
Resultados dos Investimentos	546.304	20.321	42	9.048	104.816	680.532
Resultado Técnico	303.280	298.581	8	-79.356	-454.283	68.230
Provisões Técnicas	13.478.651	867.526	2.781	344.558	3.971.267	18.664.783
Investimentos Afetos à Representação das Provisões Técnicas	21.619.375	1.116.230	3.336	443.022	5.109.436	28.291.399

3. Base de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das Políticas Contabilísticas

3.1 Descrição da(s) base(s) de mensuração usada(s) na preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas e das políticas contabilísticas, aplicáveis aos diversos ativos, passivos e rubricas do capital próprio, relevantes para uma compreensão das demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de

abril, e subsequentemente alterado pelas Normas n.º 20/2007-R, de 31 de dezembro, n.º 22/2010-R, de 16 de dezembro, e ainda de acordo com outras normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros emitidas pela ASF, incluindo a última a n.º 10/2016-R, de 15 setembro.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o artigo 3º, do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Principais políticas contabilísticas adotadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) com o objetivo de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro, dos fluxos de caixa e demonstração do rendimento integral, de forma compreensível para os utentes e com utilidade determinada pela relevância, fiabilidade e comparabilidade.

As demonstrações financeiras consolidadas estão elaboradas em respeito aos pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade com vista à apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados da empresa de seguros, e estão expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As presentes demonstrações Financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2018.

Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados das subsidiárias no Grupo bem como a participação do Grupo nas associadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Participações financeiras em empresas subsidiárias

As participações financeiras em que o Grupo detenha, direta ou indiretamente mais de metade dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas, ou detenha o poder de determinar as suas políticas operacionais e financeiras (definição de controlo adotado pelo Grupo), foram incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral. A empresa consolidada através do método de consolidação integral é a Ponto Seguro.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros em empresas subsidiárias são apresentados separadamente no balanço e demonstração dos resultados consolidados, respetivamente, na rubrica de interesses minoritários. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses minoritários são imputados aos mesmos.

Os ativos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor, na data de aquisição, o qual pode ser ajustado, tal como previsto na IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais, durante um período de 12 meses após aquela data.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos é reconhecido como goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos seja negativo, o mesmo é reconhecido como goodwill negativo, sendo reconhecido como um rendimento do exercício.

Os interesses minoritários incluem a proporção de terceiros no justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras desde a sua data de aquisição até à data da alienação.

Sempre que seja necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às utilizadas pelo Grupo. As transações, incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo, saldos, dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados durante o processo de consolidação.

Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objetivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias aplicáveis ao Grupo:

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo o Grupo a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo.

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para ativos e passivos ao justo valor através de ganhos e perdas em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em ganhos e perdas.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados, que:

O Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, à exceção da categoria dos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo os custos de transação reconhecidos em ganhos e perdas.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado ativo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado ativo. Um mercado é considerado ativo se ocorrerem transações de forma regular.

O desreconhecimento dos ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do ativo financeiro expiram, quando o Grupo tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou a Mútua tenha transferido o controlo sobre esses ativos.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capital próprio até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capital próprio é transferido para ganhos e perdas.

Para os ativos financeiros em que não seja possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer perda por imparidade registada por contrapartida de ganhos e perdas.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Imparidade

A Mútua avalia, em cada data de relato, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está em imparidade. Considera-se que um ativo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objetiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos ativos financeiros.

A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Passivos financeiros

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A Mútua classifica os passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, à exceção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo os custos de transação reconhecidos em ganhos e perdas.

O desreconhecimento do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em ganhos e perdas.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na conta de ganhos e perdas aquando da anulação do reconhecimento que se encontra em imparidade, assim como as decorrentes de aplicação do método do juro efetivo.

Resseguro

No decurso da sua atividade a Mútua cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua atividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar

com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

As rubricas do capital próprio resultam das várias bases de mensuração utilizadas.

O capital social acima dos 5 000 000€ é transferido para passivo, de acordo com o normativo contabilístico, exceto o fundo mutualista (ver Nota 28.2 e quadro 29.2).

Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos ao Grupo, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva. Sempre que se registem indícios de que um ativo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os ativos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa a Mútua considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Provisões não técnicas

A Mútua constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e esta possa ser determinada com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Imóveis de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são mensurados através do seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de rea-

valiação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Imóveis de rendimento

Os imóveis de rendimento são os imóveis detidos pela Mútua com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Mútua no decurso da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Mútua.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos ativos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

Outros Ativos Fixos Tangíveis	% Amortização
Equipamento Administrativo	20
Máquinas e Ferramentas	20
Equipamento Informático	33,33
Instalações Interiores	10
Material de Transporte	25
Equipamento Hospitalar	20
Outro Equipamento	12,5
Património Artístico	12,5

Um item do ativo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do ativo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.

A Mútua efetua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tan-

gíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas.

Imparidade de Ativos não financeiros

A Mútua avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado ativo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um ativo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, o Grupo estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o ativo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, a Mútua reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, caso contrário deverão permanecer ao custo.

Loações

Loações Operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Loações Financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

Contratos de seguro

A Mútua emite contratos de seguro, que cobrem riscos cobertos pelas respetivas apólices. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, cosseguro, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no período a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões administrativas são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

Dado que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, o Grupo realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos reflete a parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes.

O valor desta provisão resultou do cálculo contrato a contrato, por aplicação do método ‘pro-rata temporis’ de acordo com Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de setembro da ASF, a partir dos prémios brutos emitidos do seguro direto.

As despesas relativas aos custos de aquisição de contratos de seguro são diferidas acompanhando o diferimento dos prémios não adquiridos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, relativos a exercícios seguintes, são mensurados tendo por base um método atuarial, no caso dos seguros e operações cujo período de cobertura seja superior a um ano

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Mútua espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do período, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão para sinistros incorridos, mas não reportados (IBNR)

O método de cálculo para a provisão de sinistros não declarados tem por base o nº de sinistros e a média de custos por sinistros.

Determinação de quantidade de sinistros abertos após o ano de ocorrência – construção de uma matriz de run-off ano de ocorrência versus ano de abertura aplicando o método de Link-ratios average;

Determinação do custo médio dos sinistros – valor encontrado a partir do L-Ultimate obtido na triangularização da provisão para sinistros (Montantes Pagos) dividido pelo nº último de sinistros.

A estimativa do montante necessário de provisão é encontrada pela multiplicação dos fatores atrás indicados.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima. A quota-parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF.

Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pelo Grupo, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Mútua.

Provisão para o FAT

A Mútua registou na rubrica de impostos correntes um passivo, que corresponde ao valor atualizado das responsabilidades do Grupo com o Fundo de Acidentes de Trabalho ("FAT").

Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, ativo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

3.2 Descrição da natureza, impacto e justificação das alterações nas Políticas Contabilísticas.

Novas normas e alterações das normas e interpretações:

A Mútua procedeu à aplicação de determinadas normas e alterações pela primeira vez, que são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

A Mútua não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas que ainda não esteja em vigor. Embora estas novas normas e alterações aplicadas pela primeira vez em 2017,

as mesmas não apresentaram qualquer impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Mútua. A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração apresenta-se como seguem:

Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2017.

IAS 7 (revisão), - Revisão às divulgações - (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017).

Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IAS 12 (revisão) - Impostos sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017).

Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

3.3 Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente:

- (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros;
- (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e
- (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

O Regulamento da EU 2017/1988, de 3 de novembro, alargou a possibilidade de tal adiamento a conglomerados financeiros (que incluam bancos e seguradoras). A norma quando aplicada terá impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 15 (nova), Rédito de contractos com clientes (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

Esta nova norma aplica-se apenas a contractos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 16 (nova) - Locações (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019)

Esta nova norma substitui a IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo

identificado". Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 4 (alteração) - Contratos de seguro, aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

Esta alteração atribui às entidades que negociam contractos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contractos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. A Mútua irá aplicar esta isenção e adotar a IFRS 4 em 2021.

Alterações à IFRS 15, Rédito de contratos com clientes (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

3.3.1 Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou.

Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017).

Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não é expectável que a adoção futura destas melhorias tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IAS 40 (alteração) - Transferência de propriedades de investimento (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 2 (alteração) - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018).

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente cash-settled e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente cash-settled para liquidado com capital próprio equity-settled. Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio equity-settled, quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 9 (alteração) - Elementos de pré-pagamento com compensação negativa - (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019).

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IAS 28 (alteração), Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.

Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua visto não apresentar investimentos desta natureza.

Melhorias às normas 2015 – 2017 (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019).

Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não é expectável que a adoção futura destas melhorias tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 17 (nova) - Contratos de seguro (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021)

Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (building block approach) ou simplificado (premium allocation approach). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

3.4. Interpretações

IFRIC 22 (nova) - Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada - (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 "Os efeitos de alterações em taxas de câmbio" e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contractos denominados em moeda estrangeira. A data da transação determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não é expectável que a adoção futura desta interpretação tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRIC 23 (nova) - Incerteza sobre o tratamento de Impostos sobre o rendimento (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019).

Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta interpretação tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

3.5 Descrição das principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, com indicação dos principais pressupostos relativos aos exercícios seguintes, e outras principais fontes de incerteza das estimativas à data do balanço, que apresentem um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante os próximos exercícios financeiros.

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

As estimativas contabilísticas referentes às provisões para sinistros usam custo médio do sinistro para o respetivo cálculo ou avaliação por perito. Uma alteração significativa destes valores estimados tem impacto significativo nas provisões constituídas.

A taxa de juro técnica da provisão matemática tem por base o ponto 4) ii. e uma baixa significativa na taxa de rendimento dos investimentos a representar esta provisão tem um impacto forte no seu valor.

Provisão para recibos por cobrar

O ajustamento para Recibos Por Cobrar tem implícita a possibilidade de devolução de saldos credores em conta corrente. Uma maior taxa de devolução implica menores valores para cobrança e conseqüentemente maior volume de recibos de prémio por cobrar.

Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros

O Grupo mensura os seus instrumentos financeiros tais como os ativos financeiros disponíveis para venda, imóveis de uso próprio e de rendimento ao justo valor.

Quando o justo valor de ativos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados ativos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do método dos cash flows descontados.

O justo valor de um ativo não financeiro é determinado tendo em consideração a capacidade de um participante de mercado em gerar benefícios económicos através da utilização ou alienação de um ativo a um outro participante no mercado que utilizaria esse mesmo ativo, através do seu melhor uso.

Os dados de base a estes modelos são calculados com base na informação disponível de mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca destes fatores podem afetar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

- Nível 1 - Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado ativo para um instrumento idêntico;
- Nível 2 - Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer diretamente (ou seja, como preços), ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como utilização de

preços em mercados cotados em mercados ativos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos ativos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam diretamente ou indiretamente observáveis a partir de dados de mercado; e

• *Nível 3 - Técnicas de valorização utilizando inputs não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados não observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para refletir as diferenças entre os instrumentos. O justo valor dos ativos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados ativos são baseados em preços de mercados cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, o Grupo determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.*

As técnicas de avaliação incluem o valor atual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações e bilhetes de tesouro. O objetivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflète o preço do instrumento financeiro na data do relatório, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado atuando numa base comercial.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Mútua determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento por parte do órgão de gestão. No julgamento efetuado, o Grupo avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Os critérios para a determinação de imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

Instrumentos de capital

Decréscimos significativos na cotação (superior ou igual a 35%) ou prolongados no tempo (decrécimo sucessivo por um período igual ou superior a 1 ano).

Instrumentos de Dívida (Obrigações)

Dificuldade financeira significativa do emitente; apresentação à falência; Descida de rating; incumprimento de pagamento de capital ou juros; decréscimos significativos e prolongados na cotação.

A utilização de metodologias alternativas bem como de diferentes pressupostos poderá resultar diferenças significativas com o conseqüente impacto nos resultados.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Grupo, sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é suscetível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro anos.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguros e ativos de resseguro

4.1 Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro, incluindo nomeadamente:

a) Informação acerca das políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro e a ativos, passivos, rendimentos e custos ou ganhos relacionados:

Como referido em 3.1 onde são descritas as bases de mensuração usadas é utilizado o princípio da especialização dos exercícios.

A Mútua realiza no final de cada exercício especializações contabilísticas de custos e proveitos.

i. Provisão para Prémios Não Adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes.

O valor desta provisão resultou do cálculo contrato a contrato, por aplicação do método “pro-rata temporis” de acordo com Norma Regulamentar nº. 10/2016-R de 15 de setembro da ASF, a partir dos prémios brutos emitidos do seguro direto.

As despesas relativas aos custos de aquisição de contratos de seguros são diferidas acompanhando o diferimento dos prémios não adquiridos, de acordo com norma do ASF.

ii. Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Mútua suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até final do exercício, quer tenha sido participado quer não, após dedução dos montantes já pagos respeitantes a esses sinistros.

Os métodos de cálculo das provisões para sinistros são variáveis consoante os ramos e dentro destes consoante o tipo de sinistros em questão:

Em Acidentes de Trabalho, manteve-se em 2017, o método de cálculo da Provisão para Outras Prestações e Custos relativamente aos anos anteriores.

As provisões iniciais são calculadas com base no “Custo médio da lesão” sendo atempadamente ajustadas face a uma apreciação casuística do processo.

Nos casos mais graves é feito de imediato uma avaliação individual.

As Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho são calculadas de acordo com o disposto na Norma Regulamentar nº. 10/2016-R de 15 de setembro, considerando-se nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis a Tabela de Mortalidade TD 88/90 e a taxa de juro técnica de 5,25% (Portaria 11/2000 de 13 de janeiro) e nas restantes pensões, resultantes de sinistros ocorridos até 01.01.2016, exclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 4% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2016 e até 31.12.2016, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3,5% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2017, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3 % e encargos de gestão de 1%.

Relativamente à Provisão respeitante aos encargos com Assistência Vitalícia seguimos critérios objetivos para a sua identificação e o seu cálculo, tendo por base uma estimativa de custos anuais com responsabilidades vitalícias e a idade do pensionista, corresponde ao valor actual da responsabilidade utilizando a Tábua de Mortalidade TV 73-77, as taxas de juro utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas das pensões “não remíveis”, uma taxa de inflação de 1.7% e encargos de gestão de 1%.

Para os Sinistros de Acidentes Pessoais a provisão é definida à data do sinistro, caso a caso, e é geralmente igual ao capital seguro.

Para os sinistros Marítimos a provisão é calculada com base no custo estimado das avarias reclamadas e/ou de peritagem.

Nos sinistros respeitantes a Incêndio e Multiriscos é também utilizada a peritagem.

Na Provisão para Sinistros estão incluídos os custos estimados de gestão de sinistros correspondentes a sinistros a regularizar bem como os custos estimados dos sinistros ocorridos, mas ainda não participados a 31 de dezembro. Em Acidentes de Trabalho é ainda incluída uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos, mas ainda não declarados e uma provisão para fazer face ao risco de Assistência Vitalícia por identificar e à evolução dos encargos já identificados.

Adicionalmente foi constituída uma provisão para fazer face ao risco de revisão de processos de pensão de acidentes de trabalho.

iii. Provisão para Riscos em Curso

Calculada de acordo com Norma Regulamentar nº. 10/2016-R, de 15 de setembro, corresponde ao valor necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedem o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Provisão constituída é o resultado do produto da soma dos rácios de custos (Sinistralidade, Cedência e Despesas de Exploração), no que excede 100%, pelos Prémios Exigíveis mais os Prémios Emitidos em janeiro de 2018.

iv. Provisão para Desvios de Sinistralidade – Fenómenos Sísmicos

Constituída por aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pelo Grupo, adicionado em cada ano de um montante prudencial.

v. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

São determinadas de acordo com os mesmos critérios aplicados para o seguro direto, considerando as percentagens de cedência e o clausulado dos respetivos tratados.

vi. Ajustamento de Recibos por Cobrar e de Créditos de Cobrança Duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como finalidade adequar o montante dos prémios em cobrança ao seu valor de realização.

Os recibos de prémio de seguro por cobrar em 31 de dezembro de 2017 encontram-se refletidos na conta 40 3 Tomadores de Seguro – Recibos por cobrar.

No cálculo dos fluxos monetários a considerar para efeitos de imparidade, aplicamos os critérios estabelecidos pela ASF nomeadamente o estabelecido na circular 9/2008 de 27 Novembro, considerando como indicador, numa base coletiva, os critérios anteriormente utilizados na determinação da Provisão para Recibos por Cobrar tendo em consideração as alterações posteriormente recomendadas e a nossa experiência no que respeita às liquidações obtidas através da dedução de valores nas operações de vendagem ou descarga (Lotas).

O valor apurado é registado na conta “Ajustamentos de recibos por Cobrar”.

Relativamente aos créditos de cobrança duvidosa é também reconhecido, de acordo com o risco de cobrança, perdas de imparidade, cujo valor é registado na conta “Ajustamento de créditos de Cobrança Duvidosa”.

vii. Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos fixos tangíveis, estão contabilizados ao custo histórico, exceto se reavaliados legalmente.

As depreciações e amortizações estão calculadas por aplicação do método das quotas constantes com base nas taxas anuais fiscalmente aceites e que refletem a vida útil estimada dos bens do ativo tangível.

Inventários, contabilizados ao custo histórico.

b) Pressupostos adotados e Resumo das principais hipóteses consideradas no Cálculo da Provisão Matemática relativa ao seguro de Acidentes de Trabalho

Tal como referido no ponto ii) da alínea anterior em termos de Provisão Matemática, o seu valor foi calculado

considerando-se, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis, a Tábua de Mortalidade TD 88/90 e a taxa de juro técnica de 5,25% (Portaria 11/2000 de 13 de janeiro) e nas restantes pensões, resultantes de sinistros ocorridos até 01.01.2016, exclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 4% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2016 e até 31.12.2016, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3,5% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2017, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3 % e encargos de gestão de 1%.

Na Provisão para Sinistros não Declarados manteve-se o método seguido nos anos anteriores com a inclusão dos custos de gestão imputados e uma Provisão IBNR – pensões, em AT, que corresponde a uma provisão para presumíveis incapacidades Permanentes de processos de sinistro ocorridos, mas ainda não declarados que se encontra incluída na Provisão Matemática – Presumíveis.

O aprovisionamento respeitante aos encargos com assistência vitalícia, que teve por base a estimativa de custos anuais com responsabilidades vitalícias com uma taxa de inflação de 1.7%, corresponde ao valor atual da responsabilidade utilizando as bases técnicas aplicadas no cálculo das provisões matemáticas incluindo uma provisão para fazer face ao risco de Assistência Vitalícia por identificar e à evolução dos encargos já identificados.

Na provisão constituída para fazer face ao risco de revisão de processos de pensão de acidentes de trabalho, foi considerado, para os processos de pensão com risco de revisão a 31.12.2017 um acréscimo de 4% na pensão anual.

c) Informação acerca das metodologias de cálculo das estimativas dos montantes a atribuir aos tomadores de seguros ou beneficiários e dos montantes efetivamente atribuídos como participação nos resultados

- Não aplicável

d) Efeito de alterações nos pressupostos usados para mensurar ativos e passivos por contratos de seguro, mostrando separadamente o efeito de cada alteração que tenha um efeito material nas demonstrações financeiras

No ponto 3.3 referem-se as estimativas contabilísticas de maior impacto. A alteração dos seus pressupostos mais significativos, teria o seguinte impacto nos custos do exercício:

(em milhares de euros)		
Estimativa	Alteração	Impacto
Provisão para sinistros – Custo médio ou peritagem (ano 2017)	Acréscimo 25%	609
Provisão Matemática -Taxa Juro Técnica	Descida de 4% para 3% ano sin <2016 e de 3,5%para 3% ano sin 2016	1 057
Ajustamento de Recibos por Cobrar	Aumento da taxa de devolução de 86% para 100% nos saldos credores em conta corrente	213

Nota: O acréscimo de 25% foi considerado em Acidentes de Trabalho (Provisão para Outras Prestações e Custos) e em Acidentes Pessoais, Multiriscos e Marítimo para a totalidade da Provisão para Sinistros, respeitante ao ano de ocorrência de 2017. Não foram considerados os Custos de Gestão.

e) Reconciliações de alterações nos passivos resultantes de contratos de seguro, nos ativos resultantes de contratos de resseguro e nos custos de aquisição diferidos relacionados

i. Explicitação de reajustamentos relevantes na Provisão para sinistros

(Anexo 2) e discriminação dos custos com sinistros (Anexo 3)

Os reajustamentos relevados no anexo 2 e 3 para as rubricas Provisão para Sinistros e Custos com Sinistros, respetivamente, são resultantes da atividade normal da empresa.

Realçamos no ramo Marítimo a libertação de provisão com o encerramento de 3 processos de sinistro – anos 2005, 2008 e 2012, sem responsabilidade para a Mútua.

No ramo de Acidentes de trabalho realçamos o agravamento da situação de 2 processos de sinistros – ano 2016 – com atribuição de IPP significativa e IPATH não prevista.

ii. Descrição, com relação à provisão para participações nos resultados, dos movimentos efetuados
- Não aplicável

4.2. Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

a) Objetivos, políticas e processos de gestão de riscos de contratos de seguro, métodos de gestão, processos de aceitação, avaliação, monitorização e controlo

Com a introdução do regime de Solvência II, a Mútua tem vindo a adequar a sua estrutura e os seus procedimentos com vista a dar resposta às exigências que se colocam na área da gestão de riscos.

O sistema de gestão de riscos da Mútua dos Pescadores compreende estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação que permitem identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, a que está ou pode vir a estar exposta. Está integrado na estrutura organizacional e no processo de tomada de decisão e considera as pessoas que dirigem efetivamente a Mútua dos Pescadores ou nela são responsáveis por funções-chave e abrange todos os riscos, incluindo os riscos não considerados no cálculo do requisito de capital de solvência ou considerados apenas parcialmente. Abrange, entre outras, as áreas de subscrição e provisionamento, investimentos, gestão do risco de concentração e de liquidez, gestão do risco operacional e técnicas de mitigação do risco.

Relativamente ao Risco Específico de Seguros, definido de acordo com a Norma Regulamentar nº. 14/2005- R de 29 de novembro e que corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de aprovisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro, realçamos:

i. No Desenho de Produtos (novo produto):

O risco surge nesta fase ligado aos processos de desenho de produtos e de tarifação e consiste na empresa assumir riscos não identificados na fase de desenho e de definição do preço do seguro.

Neste contexto indicamos como princípios orientadores:

O enquadramento nos vetores estratégicos definidos pela empresa;

A identificação do público-alvo e das suas necessidades;

A análise de mercado, com as suas constantes evoluções;

A identificação e avaliação dos principais riscos associados a esse produto; Estabelecimento de limites de subscrição;

E o seu enquadramento na política de resseguro da empresa;

ii. Na Aceitação de riscos (Risco de Subscrição)

O risco aparece relacionado com a seleção dos riscos a segurar e com a respetiva relação com o nível de prémios a praticar.

Globalmente os Princípios orientadores são:

Dispor de um normativo alinhado com os vetores estratégicos definidos pela empresa e com os Tratados de Resseguro;

Enquadramento crítico com o praticado no mercado e com os resultados de exploração interna;

Proceder a uma correta análise de risco integrando toda a sua dimensão económica e social;

Assegurar o seu alinhamento com as condições existentes nos tratados de resseguro.

Mais especificamente temos:

Acidentes de Trabalho

Tarifário definido por tipo de atividade profissional e dentro da atividade piscatória por tipo de pesca;
Limites de subscrição (limitação ao capital a segurar) estabelecidos para fora da Pesca e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador.

A aceitação de riscos no estrangeiro, nos termos definidos pela nova Apólice Uniforme, em qualquer atividade profissional, fica dependente de consulta ao Departamento Técnico.

Informação difundida por toda a rede externa através de circulares.

Acidentes Pessoais

Tarifário definido consoante o risco da atividade.

Limites de subscrição estabelecidos para os capitais por Morte e/ou Invalidez Permanente/pessoa e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor técnico e para o Diretor Coordenador.

Multiriscos (Habitação, Condomínio e Empresas)

Tarifário definido para os riscos base de cada uma destas coberturas, bem como para as coberturas complementares;

Prémio e franquias na cobertura do risco de fenómenos sísmicos de acordo com o estudo feito pela Associação Portuguesa de Seguradores.

Por princípio, não fazemos cobertura de Riscos Industriais.

Limites de subscrição estabelecidos por capital e risco.

Marítimo

Pesca, Recreio e Marítimo – Turística

A aceitação do risco é precedida do conhecimento do Proprietário da embarcação, da situação económica da empresa, sobretudo de pesca e da vistoria efetuada à embarcação, quando o montante de capital, a idade da embarcação a segurar e outros fatores que pontualmente o justifiquem, bem como as coberturas pretendidas o exigirem.

Dentro do tarifário e das regras definidas há competência da rede externa para a aceitação do risco.

Limites de subscrição para o Ramo Marítimo, estabelecidos em circular específica.

Procedimentos de Controlo

A utilização de plataformas informáticas a nível integrado e em particular nas áreas da subscrição e gestão de sinistros, com a gestão automática de alertas, introdução de limites com as respetivas autonomias, são as principais ferramentas de controlo interno, a par de análises regulares efetuadas e monitorizadas pelo Comité de Gestão.

No final de cada anuidade as condições de renovação de cada contrato são, de acordo com os resultados de exploração desse mesmo contrato, analisadas e decididas pela Chefia do Sector de Produção e/ou pelo Diretor Técnico da Mútua, sem prejuízo das medidas de acompanhamento geral da carteira, via saneamento e sempre na perspetiva de “visão cliente”.

A denúncia de qualquer contrato por iniciativa da Mútua, desde que não resulte de falta de pagamento de prémio, é essencialmente motivada pela avaliação do risco, como sejam as condições de segurança, as condições de navegabilidade e conservação da embarcação, a sinistralidade e ainda o risco moral.

Esta responsabilidade é da estrita competência do Diretor Técnico da Mútua.

iii. No Risco de Prémio

Ligado à subscrição é o risco de os prémios não serem suficientes para a cobertura de todas as obrigações decorrentes desses contratos (sub-tarifação)

A fim de aferir a adequação e suficiência dos prémios praticados em relação aos vários ramos em análise é tomado em consideração todos os proveitos e custos, nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos, resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados e ainda resultados financeiros afetos aos vários ramos.

São analisadas as contas técnicas para cada um dos ramos, antes e depois de resseguro, procedendo à comparação entre os custos técnicos afetos ao ramo e os proveitos técnicos correspondentes.

É analisada a necessidade de constituição ou não de provisão para riscos em curso como aferidor da adequação tarifária de cada ramo.

iv. No Risco de Provisionamento

Corresponde ao risco de a empresa efetuar um provisionamento de responsabilidades inadequado.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Provisionamento.

Na nota 4.1 detalham-se os métodos de cálculo das provisões.

A sua monitorização é efetuada pela Função Atuarial, no âmbito das suas funções, procedendo a uma avaliação da suficiência das Provisões Técnicas através de métodos atuariais.

A evolução da comparação entre 1) os montantes pagos dos ramos não vida, líquidos de reembolsos, sem custos de gestão, brutos de resseguro e excluindo em Acidentes de trabalho as responsabilidades vida (provisões matemática e assistência vitalícia) e 2) a estimativa final de custo, é como segue:

Montantes Pagos líquidos de Reembolsos (valores acumulados)

(valor em euros)

Ano de ocorrência	Anos decorridos							
	0	1	2	3	4	5	6	7
2010	4 740 494	5 965 941	6 070 030	6 062 429	6 029 409	6 069 537	6 099 248	6 510 019
2011	3 007 226	4 142 678	4 296 574	4 328 968	4 367 453	4 373 961	4 374 121	
2012	1 923 694	2 749 257	2 954 807	3 061 973	3 111 272	3 125 304		
2013	2 487 212	3 898 647	4 062 041	4 109 293	4 169 661			
2014	1 960 045	2 788 636	3 047 936	3 124 603				
2015	2 041 888	3 571 789	3 737 478					
2016	2 614 035	4 148 544						
2017	1 935 842							

Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos (valores acumulados)

(valor em euros)

Ano de ocorrência	Anos decorridos							
	0	1	2	3	4	5	6	7
2010	7 200 347	6 925 897	6 795 536	6 596 446	6 552 625	6 586 690	6 530 617	6 552 960
2011	5 004 027	4 804 803	4 694 438	4 604 004	4 602 058	4 575 710	4 575 776	
2012	3 714 957	3 481 073	3 482 054	3 480 342	3 297 831	3 182 335		
2013	4 770 817	4 975 546	4 772 694	4 721 877	4 709 063			
2014	3 550 939	3 427 899	3 320 752	3 259 155				
2015	4 743 987	4 113 822	4 180 764					
2016	5 145 990	4 704 943						
2017	4 373 225							

v. Na Gestão de sinistros

Este risco advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades devido a uma insuficiente gestão dos processos.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Gestão de Sinistros.

O Diretor Técnico e por suas instruções, os serviços técnicos, bem como os serviços clínicos, devem acompanhar a gestão dos processos de sinistro e respetivas provisões.

Particularmente nas provisões matemáticas, é efetuada uma análise em que se acompanha as alterações nas provisões derivadas da alteração dos graus de incapacidade e tipo de desvalorização estimados comparativamente com as incapacidades definidas pelos médicos e posteriormente com aquelas que são fixadas nos Tribunais de Trabalho em sede de conciliação.

Mantém-se, também nos Acidentes de Trabalho, no risco respeitante às assistências vitalícias, critérios objetivos para a sua identificação e evolução.

Vi. No Resseguro

Com o objetivo de mitigar ou diversificar os riscos a que se encontra exposta ou pode vir a encontrar-se exposta, a Mútua celebra contratos de resseguro em todos os ramos que explora.

Ramos Não Vida	Tipo de Resseguro
Acidentes de Trabalho	Não Proporcional
Acidentes Pessoais	Proporcional e Não Proporcional
Incêndio e Outros Danos	Proporcional
Marítimo	Proporcional e Não Proporcional

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Resseguro.

Os seus Princípios Orientadores são:

- Privilegiar uma relação de longo prazo com os resseguradores e fomentar uma participação dos mesmos em todos os ramos, de forma equilibrada, de modo a acompanharem o nosso negócio de uma forma global;
- A escolha dos resseguradores deverá ter em linha de conta a sua solidez financeira, a sua fiabilidade, imagem no mercado e o seu rating;
- Privilegiar a repartição do risco de forma proporcional e a proteção da nossa retenção para eventos + significativos (cúmulos);
- E assegurar o constante alinhamento do negócio com as condições existentes nos tratados de resseguro.

O risco Específico de Seguros é assim mitigado pela política de resseguro (e nalguns casos também de cosseguro) através da qual transfere uma parte dos seus riscos para um conjunto de seguradores.

A exposição aos maiores riscos está salvaguardada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro.

b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores

Análises de sensibilidade

Procedemos à análise da sensibilidade da tarifa através da criação de 2 cenários e verificando o seu impacto ao nível da PRC.

Cenário 1

Descida da taxa de juro técnica de 4% para 3% ano sin <2016 e de 3,5% para 3% ano sin 2016.

Verificação do seu impacto na Provisão Matemática de AT e na PRC.

Cenário 2

AT- Impacto da descida da taxa de juro técnica de 4% para 3% ano sin <2016 e de 3,5% para 3% ano sin 2016 e acréscimo na Provisão para Outras Prestações e Custos em 25% para o ano de 2017.

Outros Ramos – Acréscimo na Provisão para Sinistros em 25% para o ano de sinistro de 2017.

Simulação para Acidentes de trabalho

(em milhares de euros)

Impactos	Variação nas provisões		PRC (ano ocorrência)	
	2017	2016	2017	2016
Cenário 1	0	1 212	96,1%	102,1%
Cenário 2	214	1 446	101,0%	107,3%

Quadro comparativo

	AT		AP		Multiriscos		Marítimo	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
PRC	96,07%	101,47%	97,71%	84,99%	124,96%	136,86%	116,77%	127,79%
Choques								
Cenário 1	96,07%	102,13%						
Cenário 2	100,98%	107,30%	100,65%	87,86%	125,28%	137,91%	119,81%	130,80%

Concentração de Riscos

A concentração dos riscos pode originar perdas significativas o que levou a Mútua a empreender esforços, em anos anteriores, na diversificação do seu negócio ao nível dos clientes, dos produtos e ainda a nível geográfico.

Em 2015 invertimos a tendência de decréscimo de prémios que vínhamos sentido desde 2010.

Houve um aumento dos prémios na área da Marítima-Turística o que veio reforçar o vetor da Náutica de Recreio, mas sem impactos relevantes a nível da concentração.

Em 2016 prosseguimos na diversificação da nossa carteira com um forte crescimento de prémios em Acidentes de Trabalho, em atividades fora da pesca e também na área da Marítimo Turística.

Esta situação originou, por um lado, uma muito ligeira alteração na repartição da nossa produção por vetor estratégico e, por outro lado a uma maior concentração da nossa carteira em Acidentes de Trabalho.

Um dos riscos identificados é a grande concentração dos riscos na atividade da Pesca (71%) e no ramo de Acidentes de Trabalho, atendendo que 53,3% do volume de negócios de 2016 resultou dos negócios relativos a esse ramo. A Mútua dos Pescadores foi fundada essencialmente para dar resposta às necessidades de seguros do setor da Pesca, tendo diversificado a sua atividade ao público em geral, dentro dos vetores estratégicos definidos e da nossa área geográfica.

Em 2017 a Mútua manteve a grande concentração de riscos na atividade da pesca (72%) com uma ligeira redução do peso dos Acidentes de Trabalho para 52%.

A Mútua mantém a sua estratégia de diversificação de carteira, para outras áreas, que não pesca, mas essencialmente ligadas ao mar, onde tem especialização reconhecida no mercado, bem como pretende reduzir a sua exposição ao risco de Acidentes de Trabalho através da recomposição da sua carteira de prémios, com a redução gradual do peso dos Acidentes de Trabalho e aposta forte nas atividades ligadas ao mar – Marítimo Pesca, Marítimo Turística e Recreio.

Outro risco que advém da própria atividade da pesca é a acumulação em cada unidade de produção (barco), do risco dos homens (AT e AP) e do bem patrimonial – (Marítimo-casco).

Esta situação é assumida e mitigada através de contratos de resseguro (Proporcionais e em Excesso de Perda) para todos os ramos, que têm em conta essa realidade.

É efetuada a análise da provisão para sinistros relativamente a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos.

Ponto 4.1 alínea e) i. (Anexo2)

4.3 Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

Risco de Mercado

O Risco de Mercado está associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da empresa derivadas de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de câmbio, das taxas de juro e dos preços do mercado imobiliário.

Este risco incorpora ainda o risco associado ao uso de produtos derivados e similares e ainda o risco de inadequação da gestão ativo/passivo.

As decisões e orientações da Mútua dos Pescadores sobre os seus investimentos, em muito condicionam a exposição ao risco de mercado, tendo grande relevância o estipulado na política de investimentos, avaliação de ativos e passivos e cálculo de capital.

Essa política estabelece um conjunto de regras e procedimentos que guiam o processo de investimento, com base no princípio do gestor prudente, prosseguindo uma gestão no exclusivo interesse dos segurados e dos beneficiários, evitando um inadequado risco de perda e procurando obter um rendimento adequado ao risco incorrido e aos compromissos assumidos.

Dentro do risco de mercado, o risco de imobiliário é o risco mais relevante.

De modo a equilibrar a sensibilidade entre os títulos de dívida e as nossas responsabilidades face às variações das taxas de juro mantemos a política de ajustamento dos nossos investimentos em obrigações de dívida pública (taxa fixa), com maturidades elevadas.

Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontram a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber dos mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de spread. Assim, o risco de crédito prende-se essencialmente com os tomadores de seguro e com os resseguradores.

A distribuição dos saldos devedores dos resseguradores, é analisada como segue:

(valores em euros)

Rating	2017		2016	
	%	Valor Mercado (em €)	%	Valor Mercado (em €)
AA-	42,50%	132.964	21,38%	11.342
A+	25,22%	78.900	0,00%	0
A	0,60%	1.868	33,14%	17.578
A-	31,68%	99.102	37,45%	19.864
Unrated	0,00%	0	8,04%	4.264
Total Geral		312.834		53.048

De acordo com a política de Resseguro estabelecida, a sua escolha tem em linha de conta a sua solidez financeira, imagem no mercado e o seu rating (alínea a) do ponto 4.2).

É privilegiado, nos nossos contratos de resseguro, a participação dos Resseguradores a 100% na Provisão para Sinistros para os sinistros abrangidos pelos tratados, o que se verifica em Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo e Multiriscos.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Cobranças.

Neste contexto, relativamente aos tomadores de seguro e a fim de apurar os fluxos monetários a considerar para efeitos de imparidade, a Mútua considera como indicador, numa base coletiva, os critérios anteriormente utilizados na determinação da Provisão para Recibos por Cobrar tendo em consideração as alterações posteriormente

recomendadas e a nossa experiência no que respeita às liquidações obtidas através da dedução de valores nas operações de vendagem ou descarga (Lotas).

São efetuadas análises de sensibilidade considerando variações na taxa de devolução dos saldos credores em conta corrente – (alínea d) do ponto 4.1)

Impacto no valor do “Ajustamento de recibos por cobrar”.

Em relação aos nossos colaboradores e mediadores há um acompanhamento permanente por parte dos nossos serviços.

Risco de Operacional

O risco operacional é o risco associado às perdas que resultem do desempenho da atividade diária da empresa de seguros.

A Mútua prossegue no levantamento e na identificação dos riscos.

De forma a mitigar este risco a Mútua prossegue na instalação de uma nova plataforma – e-GIS que permite entre outras funções, um melhor controlo do risco operacional nas operações de subscrição, cotação e prestação de contas.

Também neste contexto foram implementados indicadores de gestão.

Destacam-se ainda como medidas de mitigação:

- Existência de Código de Conduta e a
- Implementação de medidas relacionadas com o acesso às bases de dados e sistemas de informação;

4.4. Perdas por imparidade reconhecida e revertida relativamente a ativos de resseguro

- As situações indicadas não se verificaram.

4.5 Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

4.5.1 Adequação dos prémios

Conforme descrito em 4.2 alínea a) iii é analisada a necessidade de constituição ou não de provisão para riscos em curso como aferidor da adequação tarifária de cada ramo.

(valores em euros)

	PRC 2017		PRC 2016	
	Rácios	Provisão	Rácios	Provisão
AT	96,07%	0	101,47%	48 176
AP	97,71%	0	84,99%	0
INC	96,20%	0	102,08%	35
MRISCOS	124,96%	41 332	136,86%	60 663
MARITIMO	116,77%	236 143	127,79%	384 112
Total		277 475		492 986

Em Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais os prémios auferidos no exercício de 2017 mostraram-se suficientes para fazer face aos custos incorridos nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos e resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados, não sendo necessário constituir Provisão para riscos em curso nesse ramo.

Em contrapartida foi constituída Provisão para Riscos em Curso em Incêndio e Outros elementos da Natureza - Riscos múltiplos e em Marítimo.

Houve uma melhoria significativa nos rácios face à redução de sinistralidade nestes ramos não sendo, no entanto suficiente para fazer face a todos os custos incorridos.

4.5.2 Adequação das provisões

Em Acidentes de Trabalho, comparando-se os valores obtidos pelo método “Chain Ladder” com controlo do erro (Thomas Mack) e a provisão calculada com base no método tradicional – “Custo médio por lesão” – acrescida da Provisão para Sinistros Não Declarados - conclui-se que o aprovisionamento é suficiente e ajustado.

Os cálculos das provisões matemáticas das pensões de Acidentes de trabalho bem como das provisões relativas à “Assistência Vitalícia” estão de acordo com as Bases Técnicas definidas.

Foi constituída uma provisão para fazer face ao risco de revisão de processos de pensão de acidentes de trabalho.

Em Marítimo a provisão para sinistros mostra-se adequada.

Em Acidentes Pessoais e em Incêndio e Multiriscos, as provisões são suficientes.

Rácios

Taxa de Sinistralidade de Seguro Direto																		
Ramos	Acidentes de Trabalho			Acidentes Pessoais			Incêndio			Multiriscos			Marítimo			Total		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Rácio Sinistralidade	102%	97%	92%	53%	35%	29%	0%	0%	0%	37%	52%	14%	92%	76%	65%	90%	82%	73%
Rácio de Despesas	7%	7%	7%	30%	32%	58%	40%	49%	46%	52%	59%	51%	36%	37%	29%	21%	21%	22%
Rácio Combinado	110%	105%	99%	84%	67%	87%	40%	49%	46%	89%	111%	65%	128%	113%	94%	112%	103%	95%

Incluindo a Modalidade do Desporto Amador, nos Acidentes Pessoais, transferida a 100% para a Partner Re.

Estes rácios foram calculados sobre os Prémios Brutos Emitidos.

Em 2017 verificamos um desagravamento global dos rácios com exceção de Acidentes Pessoais em virtude do montante das despesas imputadas ao ramo.

Os rácios abaixo indicados são calculados sobre os Prémios adquiridos e respeitam ao ano de ocorrência do sinistro.

Estes rácios foram os utilizados para o cálculo da Provisão para Riscos em Curso.

Ano de ocorrência (PRC)																
Ramos	Ac.Trabalho			Ac.Pessoais			Incêndio			Multiriscos			Marítimo			
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	
Rácio Sinistros	85,84%	92,53%	82,39%	34,45%	35,75%	30,60%	0,00%	0,00%	0,00%	26,43%	24,79%	18,00%	35,38%	32,64%	32,96%	
Rácio Cedência	9,87%	2,84%	7,82%	39,01%	36,57%	35,87%	83,27%	89,89%	90,00%	82,93%	87,73%	88,03%	77,15%	77,69%	76,58%	
Rácio de Despesas	7,26%	7,42%	7,08%	7,60%	13,99%	32,48%	11,09%	13,51%	7,39%	25,21%	25,65%	20,16%	12,84%	18,79%	8,46%	
Rácio Operacional	101,47%	101,47%	96,07%	79,53%	84,99%	97,71%	92,80%	102,08%	96,20%	133,09%	136,86%	124,96%	123,84%	127,79%	116,77%	

(valores em euros)

Acidentes de Trabalho	
Ano de ocorrência	Montantes recuperáveis
2009	0
2010	71 147
2011	0
2012	0
2013	1 265
2014	91 712
2015	44 227
2016	2 509
2017	20 163
Total	231 024

(valores em euros)

Marítimo	
Ano de ocorrência	Montantes recuperáveis
2003	2 250
2009	12 300
2011	0
2012	27 977
2013	0
2014	0
2015	44 655
2016	0
2017	0
Total	87 182

4.7 Sinistros reembolsáveis

Acidentes de trabalho

Nos Acidentes de trabalho, em 2017, ocorreram 6 sinistros com envolvimento de terceiros aguardando-se a posição das congéneres e respetiva evolução.

Dos 5 sinistros com envolvimento de terceiros de 2016 apenas um já foi aceite pela congénere aguardando posição final relativamente aos restantes.

De 2015 mantêm-se 3 processos com estimativa de reembolso, aguardando-se a sua conclusão.

De 2014 mantém um processo em aberto a aguardar conclusão.

De 2013 mantém-se 1 processo com estimativa de reembolso, aguardando-se a sua liquidação.

Mantém-se em recuperação parcial o sinistro de viação ocorrido em 2010 com a tripulação da embarcação "Fascínios do Mar".

Marítimo

Em Marítimo temos 6 processos em tribunal, 3 com pedidos de indemnização cível, 1 com decisão favorável à Mútua aguardando-se a liquidação e 2 em fase de análise pelos n/ serviços jurídicos.

5. Passivos por contratos de investimento

- Não aplicável

6. Instrumentos Financeiros

6.1 Inventário das participações e instrumentos financeiros;

- O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do Anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o seu resumo como segue:

(valores em euros)

Resumo das Participações e Instrumentos Financeiros	2017	2016
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	21 269 527	19 551 736
Empréstimos e contas a receber	1 126 982	1 674 495
Investimentos a deter até à maturidade	254 941	694 892
Total dos instrumentos financeiros	22 651 450	21 921 124

6.2. Empréstimos e contas a receber ao Justo valor;
– Não aplicável

6.3. Passivos financeiros ao Justo valor;
– Não aplicável

6.4. Informações sobre as reclassificações, incluindo impactos e razão das mesmas;
Em 2017 não procedemos à reclassificação de títulos.

Impacto atual da reclassificação efetuada em 2011

<small>(valores em euros)</small>	
Impacto da reclassificação	
Títulos avaliados ao custo amortizado	245 544
Títulos avaliados ao justo valor	255 100
Diferença entre o valor dos títulos avaliados ao custo amortizado e ao justo valor	-9 555

A Mútua dos Pescadores mantém a intenção positiva e capacidade para deter os investimentos até à maturidade. A distribuição da nossa carteira das Obrigações, é a seguinte:
98,7% classificadas como “Disponíveis para Venda” e 1.3% classificadas como “Detidas até à Maturidade”.
Todos os nossos títulos apresentam liquidez no mercado financeiro.

6.5. Desreconhecimento de ativos financeiros;
– Não aplicável

6.6. Garantias colaterais;
– Não aplicável

6.7. Produtos derivados e operações de reporte e empréstimo de valores;
- Não aplicável

6.8. Instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos;
– Não aplicável

6.9. Incumprimento em empréstimos a pagar;
– Não aplicável

6.10. Indicação para as classes de ativos financeiros e passivos financeiros não valorizados a justo valor
Os ativos financeiros abaixo indicados não valorizados ao justo valor, pela reclassificação ocorrida em 2011, passaram a estar valorizados ao custo amortizado, bem como os indicados no ponto 6.12.

ATIVOS FINANCEIROS A DETER ATÉ À MATURIDADE - 31/12/2017								
Código	Designação	Montante nominal	Val. ao Custo amortizado		Juro decorrido	Valor total de balanço*	Val. ao Justo Valor	
			%V.Nominal	Total			%V.Nominal	Total
	1 - Títulos nacionais							
	1.2 - Títulos de dívida							
	1.2.1 - De dívida pública							
PTOTENOE0018	O.T.-Junho-4,45%-15/06/2018	250 000,00	98,22%	245 544,57	6 065,41	251 609,98	102,04%	255 100,00
	sub-total			245 544,57	6 065,41	251 609,98		255 100,00
	TOTAL GERAL			245 544,57	6 065,41	251 609,98		255 100,00

*Inclui o valor dos juros decorridos

ATIVOS FINANCEIROS A DETER ATÉ À MATURIDADE - 31/12/2016								
Código	Designação	Montante nominal	Val. ao Custo amortizado		Juro decorrido	Valor total de balanço*	Val. ao Justo Valor	
			%V.Nominal	Total			%V.Nominal	Total
	1 - Títulos nacionais							
	1.2 - Títulos de dívida							
	1.2.1 - De dívida pública							
PTOTELOE0010	O.T.-Outubro-4,35%-16/10/2017	450 000,00	98,03%	441 112,65	4 011,27	445 123,92	103,58%	466 110,00
PTOTENOE0018	O.T.-Junho-4,45%-15/06/2018	250 000,00	96,54%	241 354,98	6 048,84	247 403,82	106,25%	265 625,00
	sub-total			682 467,63	10 060,11	692 527,74		731 735,00
	TOTAL GERAL			682 467,63	10 060,11	692 527,74		731 735,00

*Inclui o valor dos juros decorridos

Não foram emitidos instrumentos de dívida.

6.11. Descrição relativa ao apuramento do justo valor:

a) O justo valor dos ativos financeiros foi definido pelas cotações de fecho em mercado regulamentado, para os instrumentos financeiros.

Nos terrenos e edifícios os justos valores foram atribuídos por avaliação efetuada por avaliador independente, através da utilização do Método do Rendimento e do Método Comparativo de Mercado.

b) Avaliações com pressupostos não suportados em preços de transações no mercado;

– Não aplicável

c) Reconhecimento se a diferença entre o justo valor inicial e o preço de transação traduz alteração de fatores relevantes para o mercado;

– Não aplicável.

Para as classes de ativos financeiros e passivos financeiros não valorizados a justo valor:

a) Nos casos em que não podem ser mensurados com fiabilidade, indicação da sua não divulgação, referindo a causa;

– Não aplicável

b) Descrição dos instrumentos financeiros e das quantias escrituradas, bem como uma explicação do razão pela qual o seu justo valor não pôde ser mensurado com fiabilidade

Passivos financeiros

	(valores em euros)	
	2017	2016
Depósitos recebidos dos resseguradores	2 801 644	4 094 958

c) Mercado existente para esses instrumentos e indicação sobre se e como a empresa pretende alienar os instrumentos financeiros

- Não há mercado para os instrumentos anteriores.

d) Desreconhecimentos efetuados, discriminando a sua quantia escriturada à data do desreconhecimento, assim como o total dos ganhos e perdas reconhecido

- Não aplicável

Contabilidade de cobertura

6.13. Descrição dos diversos tipos de cobertura e dos instrumentos financeiros utilizados como instrumentos de cobertura e o seu justo valor à data do relato, assim como, a natureza dos riscos a serem cobertos.

- Não aplicável.

6.14. *Idem*

6.15. *Idem*

6.16. Informação qualitativa para avaliar a natureza e a extensão dos riscos de instrumentos financeiros, nomeadamente:

a) Exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período

Os instrumentos financeiros estão expostos aos riscos de mercado (Risco de taxa de Juro, Risco Acionista, Risco Imobiliário, Risco de Spread, Risco de Liquidez e Risco de Concentração) e ao Risco de Crédito tal como no exercício anterior.

Não temos exposição ao risco cambial.

b) Os objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos usados para os gerir não sofreram alterações no período.

A política de investimentos encontra-se definida em Norma Interna de acordo com o art.º 9 da Norma Regulamentar 13/2003 –R de 17 de julho da ASF e encontra-se atualizada.

Essa política estabelece um conjunto de regras e procedimentos que guiam o processo de investimento, com base no princípio do gestor prudente, prosseguindo uma gestão no exclusivo interesse dos segurados e dos beneficiários, evitando um inadequado risco de perda e procurando obter um rendimento adequado ao risco incorrido e aos compromissos assumidos.

A sua monitorização é efetuada pelo Comité de Gestão.

A gestão dos ativos é feita internamente desde o início de 2009.

A plataforma “Thomas Reuters Eikon” permite o acompanhamento diário da evolução dos mercados, a definição

de alertas (caso haja alterações nas cotações, ratings, etc.) para os ativos financeiros que compõem a carteira. Os riscos de mercado e os riscos de crédito são geridos com base na política de investimentos em vigor, respeitando as regras de afetação dos ativos por classe e tipo de emitente, diversificando a carteira e acautelando níveis de aceitação de riscos prudentes.

O risco de concentração em entidades/empresas também é analisado analiticamente e trimestralmente, tendo especial impacto aquando da decisão na aquisição de novos produtos financeiros, com o intuito de diversificarmos a nossa carteira reduzindo a exposição a determinadas entidades/empresas.

Indicadores de análise:

Risco de taxa de Juro

A natureza dos títulos e cálculo da “duration” das obrigações como aferidor do risco da taxa de juro. A sua avaliação é efetuada através da análise do impacto, na nossa carteira de ativos, de variações (choques) da taxa de juro;

Risco Acionista e Risco imobiliário

O Risco relativo às ações e imóveis são analisados através de cenários.

Risco de concentração

Análise dos títulos por tipo de indústria/ Por entidade.

Carteira Global a 31.12.2017	Valor a 31.12.2017	Juros a receber	Total da Carteira	Peso na Carteira por Risco	% TOTAL
OBRIGAÇÕES	20 263 126	282 517	20 545 643	95,58%	67,20%
DEPOSITOS A PRAZO	950 000	561	950 561	4,42%	3,11%
<i>Carteira sem Risco</i>	21 213 126	283 078	21 496 204	100,00%	
ACÇÕES	298 003	0	298 003	25,80%	0,97%
OUTROS INVESTIMENTOS	2 500	0	2 500	0,22%	0,01%
UNIDADES PARTICIPAÇÃO	678 322	0	678 322	58,72%	2,22%
EMPRESTIMO HIPOTECARIO	176 421	0	176 421	15,27%	0,58%
<i>Carteira com Risco</i>	1 155 247	0	1 155 247	5,10%	
SUBTOTAL	22 368 373	283 078	22 651 450	100,00%	
IMOVEIS	7 921 627	0	7 921 627	100%	25,91%
TOTAL	30 289 999	283 077	30 573 077		100,00%

Carteira Global a 31.12.2016	Valor a 31.12.2016	Juros a receber	Total da Carteira	Peso na Carteira por Risco	% TOTAL
OBRIGAÇÕES	18 608 837	281 305	18 890 142	92,64%	61,93%
DEPOSITOS A PRAZO	1 500 000	1 801	1 501 801	7,36%	4,92%
<i>Carteira sem Risco</i>	20 108 837	283 106	20 391 943	94,04%	66,85%
ACÇÕES	662 803	1 742	664 544	43,46%	2,18%
OUTROS INVESTIMENTOS	2 500	0	2 500	0,16%	0,01%
UNIDADES PARTICIPAÇÃO	689 442	0	689 442	45,09%	2,26%
EMPRESTIMO HIPOTECARIO	172 694	0	172 694	11,29%	0,57%
<i>Carteira com Risco</i>	1 527 439	1 742	1 529 181	100,00%	5,01%
SUBTOTAL	21 636 276	284 848	21 921 124		71,87%
IMOVEIS	8 581 899	0	8 581 899		28,13%
TOTAL	30 218 175	284 848	30 503 023		100,00%

Nota: Em 2017 foram incluídas nas obrigações as ações preferenciais que são avaliadas como “obrigações” em termos dos riscos de mercado. Quadro detalhado relativo às obrigações dividida por ratings do emitente no quadro abaixo.

É feita uma diversificação sectorial dos nossos investimentos a fim de minimizar a exposição ao risco de concentração numa determinada indústria.

Risco de Spread

Análise dos títulos por rating.

Risco de Liquidez

Este risco surge associado à incerteza quanto ao montante e momento de ocorrência dos fluxos de caixa relacionados com a atividade seguradora o que poderá originar custos adicionais para obter a liquidez necessária.

Neste contexto a Mútua acompanha de forma próxima a sua situação de tesouraria com elaboração de orçamentos quinzenais. Procede ainda a uma análise à maturidade da sua carteira de obrigações.

Informação quantitativa para avaliar a natureza e a extensão dos riscos de instrumentos financeiros para cada tipo de risco, nomeadamente:

a) A exposição ao risco está repartida em 70% no mercado monetário e obrigacionista, 5% no mercado acionista e 25% no mercado Imobiliário.

No mercado obrigacionista os riscos provêm da evolução desfavorável da cotação por razões de mercado dos títulos representativos de dívida, a que estão sujeitos 67% do valor total, correspondendo a 20.5 milhões de euros (obrigações e juros).

Os títulos com rendimento variável (ações, Partes Capital em Associadas, títulos de participação e unidades de participação) estão também sujeitas aos riscos de evolução desfavorável da cotação. Nesta classificação temos 1,5 milhões de euros que representam 5% do total.

Os imóveis correspondem a 25% do total com cerca de 7,6 milhões de euros, valor exposto ao risco de diminuição das avaliações. Nenhum imóvel tem avaliações com mais de 3 anos.

(valores em euros)

2017			2016		
Rating	Nº	Valor Mercado (em €)	Rating	Nº	Valor Mercado (em €)
AAA	0	-	AAA	0	-
AA+	0	-	AA+	0	-
AA	7	1 894 225	AA	6	1 701 845
AA-	7	1 518 945	AA-	8	1 642 895
A+	0	-	A+	0	-
A	1	119 650	A	0	-
A-	1	203 800	A-	9	2 494 935
BBB+	16	4 030 410	BBB+	8	1 023 670
BBB	20	4 410 210	BBB	14	3 266 825
BBB-	22	5 638 733	BBB-	24	5 371 307
BB+	2	265 280	BB+	3	606 730
BB	3	477 898	BB	2	258 940
BB-	3	322 370	BB-	2	310 490
B+	0	-	B+	3	463 160
B	0	-	B	2	195 270
B-	1	100 750	B-	0	-
ND	4	1 280 855	ND	4	1 272 770
Total Geral	87	20 263 126	Total Geral	85	18 608 837

Este valor respeita a títulos de dívida onde se inclui os de dívida pública que representam cerca de 70.6% do valor da nossa carteira de obrigações.

Relativamente aos depósitos a Prazo, a exposição ao risco de crédito é de 950 000 euros. Note-se que a maturidade dos depósitos é variada e de curto prazo.

(valores em euros)

BANCO	Rating	Valor
CGD	BB-	300 000
Banco Popular	A3	200 000
CCAM	ND	450 000
TOTAL		950 000

b) Ativos financeiros em imparidade

Mantiveram-se em 2017 os critérios para a consideração de um ativo como estando em imparidade.

• Instrumentos de capital

Ações e Unidades de Participação com decréscimos significativos na cotação (\geq a 35%) ou prolongados no tempo (decréscimo sucessivo por um período igual ou superior a 1 ano).

• Instrumentos de Dívida

Obrigações

Dificuldade financeira significativa do emitente; apresentação à falência; Descida de rating; incumprimento de pagamento de capital ou juros; decréscimos significativos e prolongados na cotação.

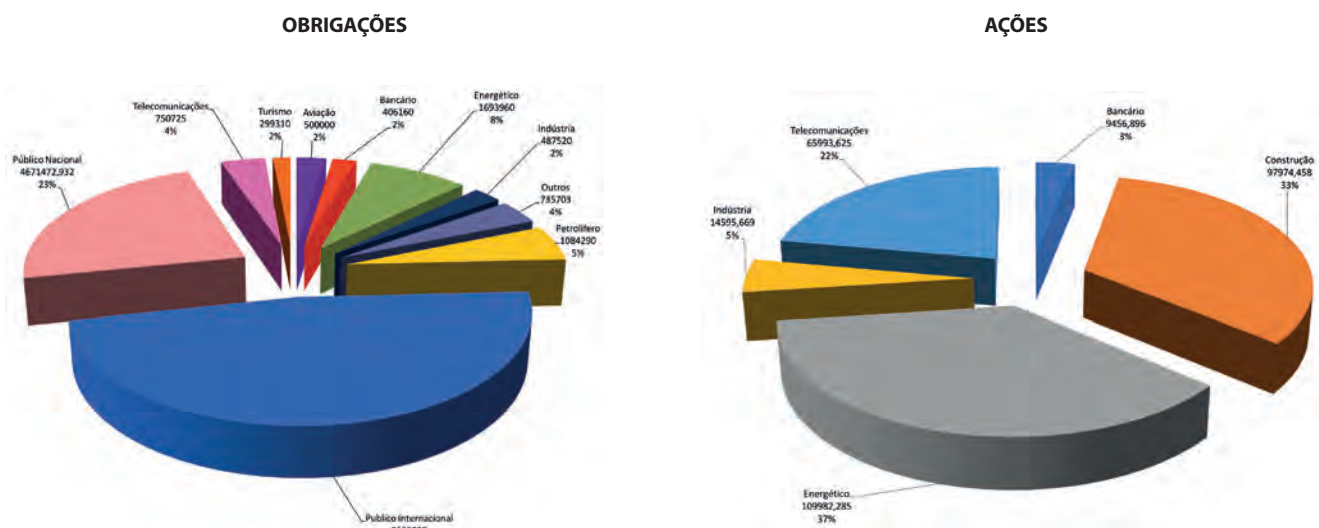
Em 2017 registámos imparidade nos seguintes ativos:

Ações		(valores em euros)
ES0178430E18	TELEFONICA	2 437,36
PTBPC0AM0007	BCP - Nom. Port. Reg.	42 820,41
PARTES CAPITAL EMPR.GRUPO		
992910016501	Ariarte - Exp. Imp. Comercialização, Lda.	22 113,15
TOTAL		67 370,92

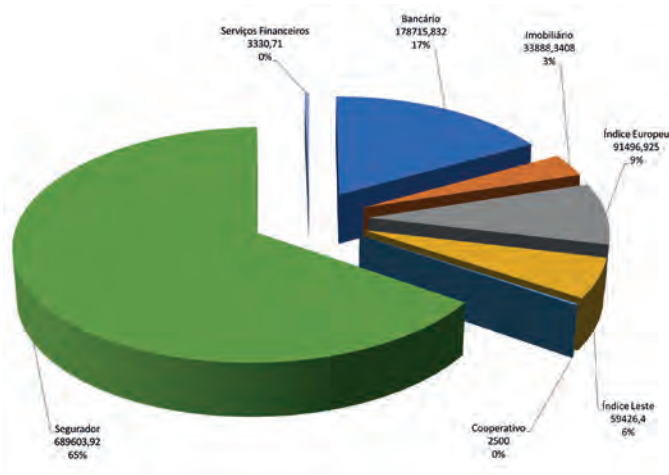
d) Ativos obtidos como garantias colaterais – Não aplicável.

e) Maturidade dos passivos financeiros – Não aplicável.

f) A repartição dos nossos ativos (Obrigações, ações e unidades de participação) é a que se segue:



UNIDADES PARTICIPAÇÃO

**7. Investimentos em filiais e associadas**

Não aplicável

8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem no balanço:

(valores em euros)

	2017	2016
Caixa e seus Equivalentes	4 494	4 332
Depósitos à Ordem	942 419	737 917
Total	946 913	742 249

Saldos significativos de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, detidos pela empresa que não estejam disponíveis para uso do grupo

- Não aplicável

9. Terrenos e edifícios**9.1. Modelo de Valorização aplicado**

Após o reconhecimento inicial ao custo, foi utilizado o modelo de revalorização para os imóveis de uso próprio e o modelo do justo valor para os imóveis de rendimento.

A valorização dos imóveis é atribuída ao justo valor por avaliador independente.

As alterações no justo valor dos imóveis de rendimento são contabilizadas em ganhos e perdas e as alterações do justo valor nos imóveis de uso próprio são contabilizados em reservas, exceto, conforme previsto na IAS 16, quando existe uma desvalorização e não existe reserva constituída é levado a resultados, até à concorrência do valor existente na reserva.

9.2. Descrição dos critérios utilizados para distinguir terrenos e edifícios de rendimento de terrenos e edifícios de uso próprio

A distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e de uso próprio é feita pelo uso para os últimos e pelo arrendamento ou perspectiva de arrendamento para os primeiros.

Modelo do Justo Valor

9.3. Indicar em que medida o justo valor do terreno e edifício de rendimento se baseia numa valorização de um avaliador independente

O justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento foi determinado por avaliadores independentes com experiência profissional relevante e conhecedores do mercado imobiliário.

9.4. Descrição dos métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor dos terrenos e edifícios

Os peritos avaliadores determinaram o presumível valor de transação (PVT) com base no Método Comparativo ou de Mercado e pelo Método do Custo de Reposição.

9.5. Reconciliação ente as quantias escrituradas do terreno e edifícios no início e no fim do período

Reconciliações entre as quantias escrituradas dos terrenos e edifícios de rendimento e de uso próprio, no início e no fim do período, avaliados em 2017:

(valores em euros)

Terrenos e Edifícios	Valor Bruto				Amortizações Acumuladas		Valor Líquido					
	Terrenos		Edifícios		Edifícios		Terrenos		Edifícios		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
de Uso Próprio	1 026 228	1 016 783	2 284 928	2 308 217	61 520	47 391	1 026 228	1 016 783	2 223 408	1 291 434	3 249 636	3 277 609
de Rendimento	1 429 972	1 435 617	2 826 328	2 814 983	0	0	1 429 972	1 429 972	2 826 328	1 385 011	4 256 300	4 250 600
Total	2 456 200	2 452 400	5 111 256	5 123 200	61 520	47 391	2 456 200	2 446 755	5 049 736	2 676 445	7 505 936	7 528 209

Modelo de custo

9.6 a 9.9 não aplicável

Modelo de revalorização

9.10. Critérios e taxas

Nos imóveis de uso próprio, a quantia escriturada bruta foi determinada por avaliação independente com base no valor esperado de transação no mercado. A depreciação foi feita com base na vida útil resultante da tabela do Decreto Regulamentar 25/2009 e sucessivas alterações, sendo a última introduzida pelo Dec. Regulamentar 4/2015, de 22 abril, e os anos de utilidade esperada remanescente ou com base no total de anos de utilidade atribuídos pelo avaliador e o período remanescente. É este período que determina a taxa, que é constante.

Vidas uteis utilizadas situam-se entre os 30 e 50 anos.

9.11 a 9.12 não aplicável

9.13. Indicação da quantia escriturada que teria sido reconhecida se os ativos tivessem sido escriturados de acordo com o modelo de custo

Se os ativos tivessem sido escriturados ao modelo de custo, a quantia escriturada seria:

<i>(valores em euros)</i>		
Imóveis de Uso Próprio	2017	2016
Valorizado ao Modelo Custo	3 218 169	3 220 741
Valorizado ao Modelo de Revalorização ao Justo Valor (a)	3 539 000	3 505 000

<i>(valores em euros)</i>		
Imóveis de Uso Próprio	2017	2016
Valor bruto em 01 janeiro	3 505 000	3 468 146
Transferência p ^a imóvel Amortizações Acumuladas-Revalorização	-22 765	-20 180
Revalorização - Valor p ^a Reserva Reavaliação	42 030	70 306
Ajustamento (Avaliação) – Rendimentos	14 735	-13 272
Valor bruto em 31 dezembro	3 539 000	3 505 000

9.14. Indicação do excedente de revalorização.

O excedente de revalorização, referente a Terrenos e Edifícios de Uso Próprio, teve a seguinte evolução:

<i>(valores em euros)</i>		
Reservas de Reavaliação - Terrenos e Edifícios	2017	2016
Valor em 01 Janeiro	787 690	802 090
Transferência RR para Resultados Transitados	-2 498	-854
Regularizações Amortizações Exercício	12 319	0
Avaliações de Imóveis	46 172	-13 546
Valor em 31 Dezembro	843 683	787 690

9.15. Indicação dos aumentos ou reduções de revalorizações e de perdas por imparidade reconhecidas ou revertidas diretamente no capital próprio de acordo com a IAS 36, assim como, reconhecidas ou revertidas em ganhos e perdas

Aumentos ou reduções resultantes de revalorizações reconhecidas no capital próprio e em ganhos e perdas estão refletidos no parágrafo 9.5.

Terrenos e edifícios de rendimento

9.16. Descrição das circunstâncias em que os interesses de propriedade detidos em locações operacionais são classificados e contabilizados como terrenos e edifícios de rendimento

Não temos edifícios em locação operacional, nem em locação financeira

9.17. Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas

Quantias reconhecidas em ganhos e perdas, relativas a imóveis de rendimento

9.18 a 9.19 não aplicável

Rendimentos e Gastos Operacionais Diretos (incluindo reparações e manutenção)

	(valores em euros)		
Imóveis	2017	2016	Diferença
Rendimento dos Imóveis (de Rendimento)	192 667	192 234	433
Gastos de conservação e manutenção:			
Imóveis de Uso Próprio	10 005	8 667	1 338
Imóveis de Rendimento	4 008	1 602	2 406

Terrenos e edifícios de uso próprio

9.20. Restrições de titularidade e ativos dados como garantia de passivos

Não aplicável

9.21 a 9.23 não aplicável

10. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

A movimentação dos ativos fixos tangíveis apresenta-se como segue:

	(valores em euros)			
	2017 (Saldo Inicial)	Aumentos	Alienações	2017 (Saldo Final)
Outros Ativos				
Equipamento Administrativo	517 630	8 945	0	526 576
Maquinas e Ferramentas	37 091	0	0	37 091
Equipamento Informático	595 720	64 944	0	660 664
Instalações Interiores	22 023	0	0	22 023
Material de Transporte	441 189	37 225	31 248	447 166
Equipamento Hospitalar	53 863	0	0	53 863
Outro Equipamento	48 403	0	0	48 403
Património Artístico	27 149	0	0	27 149
Total	1 743 068	111 114	31 248	1 822 935
Amortizações Acumuladas				
Equipamento Administrativo	502 546	13 226	0	515 772
Maquinas e Ferramentas	36 087	569	0	36 656
Equipamento Informático	576 251	39 724	0	615 975
Instalações Interiores	22 023	0	0	22 023
Material de Transporte	345 030	44 052	6 996	382 086
Equipamento Hospitalar	53 863	0	0	53 863
Outro Equipamento	64 352	3 719	17 258	50 813
Património Artístico	0	0	0	0
Total	1 600 152	101 290	24 254	1 677 188
Valor líquido contabilístico	142 916			145 747

(valores em euros)

	2016 (Saldo Inicial)	Aumentos	Alienações	2016 (Saldo Final)
Outros Ativos				
Equipamento Administrativo	514 154	3476	0	517 630
Máquinas e Ferramentas	35 993	1 098	0	37 091
Equipamento Informático	550 718	77 801	0	628 519
Instalações Interiores	22 023	0	0	22 023
Material de Transporte	368 008	56 801	16419	408 390
Equipamento Hospitalar	53 863	0	0	53 863
Outro Equipamento	48 403	0	0	48 403
Património Artístico	27 149	0	0	27 149
Total	1 620 311	139 176	0	1 743 068
Amortizações Acumuladas				
Equipamento Administrativo	485 565	16 981	0	502 546
Máquinas e Ferramentas	34 948	1 139	0	36 087
Equipamento Informático	536 150	40 101	0	576 251
Instalações Interiores	20 630	1 393	0	22 023
Material de Transporte	311 866	49 583	16419	345 030
Equipamento Hospitalar	53 863	0	0	53 863
Outro Equipamento	59 422	4 930	0	64 352
Património Artístico	0	0	0	0
Total	1 502 444	114 127	0	1 600 152
Valor líquido contabilístico	117 867			142 916

11. Afetação dos investimentos e outros ativos

(valores em euros)

	2017		2016	
	Seguros Não Vida	Não Afectos	Seguros Não Vida	Não Afectos
Caixa e Equivalentes	578 099		709 448	
Terrenos e Edifícios	6 900 300	715 000	6 850 600	725 000
Ativos Financeiros Detidos para Negociação	0	0	0	0
Ativos Financeiros classificados no reconhecimento inicial a Justo Valor através de Ganhos e Perdas	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	21 267 027	2 500	19 549 236	2 500
Empréstimos concedidos e Contas a Receber	950 561	179 752	1 501 801	175 059
Investimentos a deter até à maturidade	251 610	0	692 528	0
Outros Ativos tangíveis	97 902	0	142 916	0
Outros Ativos	290 355	0	268 471	0
TOTAL	30 335 854	897 252	29 715 000	902 559

12. Ativos intangíveis

Não aplicável

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

2017

(valores em euros)

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490 - Ajustamentos de Recibos por Cobrar				
4903 - De Outros Tomadores de Seguro				
4903211 - Acidentes de Trabalho	634 749	0	95 363	539 386
4903212 - Acidentes Pessoais	124 821	0	25 275	99 546
490331 - Incêndio e Outros Elementos da Natureza	5 072	0	5 032	40
490332 - Outros Danos em Coisas- Riscos Múltiplos	77 895	79	0	77 974
49035 - Marítimo	225 008	0	44 176	180 832
Sub-Total	1 067 545	79	169 846	897 778
491 - Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa				
4910 - De Filiais	0	0	0	0
4911 - De Associadas	0	0	0	0
4912 - De Outras Empresas participadas e participantes	641 957	0	641 957	0
4913 - De Outros Tomadores de Seguro				
49130 - Atividade Normal	12 619	715	0	13 334
49131 - Outros Créditos	12 797	0	0	12 797
Sub-Total	667 373	715	641 957	26 132
492 - Outras Provisões				
4920 - Impostos	0	0	0	0
4921 - Outras Provisões	0	0	0	0
Sub-Total	0	0	0	0
Total	1 734 918	794	811 803	923 910

2016

(valores em euros)

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490 - Ajustamentos de Recibos por Cobrar				
4903 - De Outros Tomadores de Seguro				
4903211 - Acidentes de Trabalho	709 313	0	74 564	634 749
4903212 - Acidentes Pessoais	140 035	0	15 214	124 821
490331 - Incêndio e Outros Elementos da Natureza	5 095	0	23	5 072
490332 - Outros Danos em Coisas- Riscos Múltiplos	63 348	14 547	0	77 895
49035 - Marítimo	463 636	0	238 628	225 008
Sub-Total	1 381 427	14 547	328 429	1 067 545
491 - Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa				
4910 - De Filiais	0	0	0	0
4911 - De Associadas	0	0	0	0
4912 - De Outras Empresas participadas e participantes	860 400	0	218 443	641 957
4913 - De Outros Tomadores de Seguro				
49130 - Atividade Normal	29 680	0	17 061	12 619
49131 - Outros Créditos	32 784	0	19 987	12 797
Sub-Total	922 864	0	255 491	667 373
492 - Outras Provisões				
4920 - Impostos	0	0	0	0
4921 - Outras Provisões	0	0	0	0
Sub-Total	0	0	0	0
Total	2 304 291	14 547	583.920	1 734 918

14. Prémios de contratos de seguro

14.1 Prémios reconhecidos de contratos de seguro

(valores em euros)

Ramos	Prémios Brutos Emitidos - 2017			Prémios Brutos Emitidos - 2016		
	Atividade em Portugal	Atividade em França	Total	Atividade em Portugal	Atividade em França	Total
Acidentes de Trabalho	4 428 325	0	4 428 325	4 543 175	0	4 543 175
Acidentes Pessoais:	1 040 523	0	1 040 523	987 247	0	987 247
Geral	1 040 523	0	1 040 523	987 247	0	987 247
Desporto	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Elementos da Natureza	922	0	922	922	0	922
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos:	269 307	0	269 307	270 959	0	270 959
Mútua - Lar	166 998	0	166 998	165 350	0	165 350
Mútua - Condomínio	28 082	0	28 082	26 357	0	26 357
Mútua - PME	74 226	0	74 226	79 252	0	79 252
Marítimo:	2 774 628	0	2 774 628	2 713 677	0	2 713 677
Pesca	1 533 783	0	1 533 783	1 749 723	0	1 749 723
Recreio	530 831	0	530 831	492 999	0	492 999
Marítimo - Turística	710 013	0	710 013	470 956	0	470 956
Total	8 513 705	0	8 513 705	8 515 981	0	8 515 981

15. Comissões recebidas de contratos de seguro

As Comissões recebidas relativas aos contratos de resseguro são reconhecidas com a efetivação do contrato. No final do ano contabilístico é efetuado o acerto das comissões com referência ao ano de subscrição dos contratos.

(valores em euros)

Ramos	Comissões Resseguro Cedido	
	2017	2016
Acidentes de Trabalho	0	0
Acidentes Pessoais	265 868	174 051
Incêndio e Outros Elementos da Natureza	351	328
Multirriscos	83 578	90 419
Marítimo	562 088	506 923
Total	911 885	771 721

Em 2017, o montante recebido de comissões de cosseguro ascendeu a 8,53€.

16. Rendimentos / réditos de investimentos

2017

(valores em euros)

Rendimentos/Réditos de Investimentos				
Categoria de Investimento	Rendas	Juros	Dividendos	Total
Terrenos e Edifícios	192 667	0	0	192 667
De rendimento	192 667	0	0	192 667
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0
Outros Investimentos Financeiros:				
Activos financeiros ao JV, detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	0	568 610	13 564	582 174
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	22 000	13 564	35 564
Títulos de Dívida	0	542 154	0	542 154
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	4 456	0	4 456
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	2 252	0	2 252
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	2 252	0	2 252
Investimentos a deter até à maturidade	0	31 343	0	31 343
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	325	0	325
Total	192 667	602 530	13 564	808 761

2016

(valores em euros)

Rendimentos/Réditos de Investimentos				
Categoria de Investimento	Rendas	Juros	Dividendos	Total
Terrenos e Edifícios	192 234	0	0	192 234
De rendimento	192 234	0	0	192 234
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0
Outros Investimentos Financeiros:				
Ativos financeiros ao JV detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	547 131	21 150	568 281
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	22 000	21 150	43 150
Títulos de Dívida	0	521 140	0	521 140
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	3 991	0	3 991
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	11 242	0	11 242
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	11 242	0	11 242
Investimentos a deter até à maturidade	0	64 171	0	64 171
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	5	0	5
Total	192 234	622 549	21 150	835 933

17. Ganhos e perdas realizadas em investimentos

2017

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizadas em investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	0	0	0	0
De uso próprio	0	0	0	0
De rendimento	0	0	0	0
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0
Valor ao custo	0	0	0	0
Outros Investimentos Financeiros:				
Ativos financeiros ao JV, detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	66 369	0	0	66 369
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	9 395	0	0	9 395
Títulos de Dívida	56 974	0	0	56 974
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	0	0	0
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	0	0	0
Total	66 369	0	0	66 369

2016

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizadas em investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	0	0	0	0
De uso próprio	0	0	0	0
De rendimento	0	0	0	0
Partes de Capital em filiais associadas e empreend. conjuntos	0	0	0	0
Valor ao custo	0	0	0	0
Outros Investimentos Financeiros:				
Ativos financeiros ao JV detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	297 773	-2	0	297 771
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	62 930	-2	0	62 928
Títulos de Dívida	234 843	0	0	234 843
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	0	0	0
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	0	0	0
Total	297 773	-2	0	297 771

18. Ganhos e perdas por ajustamentos de justo valor em investimentos

2017

(valores em euros)

Ganhos e Perdas por ajustamentos de Justo Valor em investimentos				
Categoria de Investimento	Afectedos às Provisões Técnicas		Não Afectedos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	-12 000	-28 206	2 000	-38 206
De uso próprio	0	14 734	0	14 734
De rendimento	-12 000	-42 940	2 000	-52 940
Total	-12 000	-28 206	2 000	-38 206

2016

(valores em euros)

Ganhos e Perdas por ajustamentos de Justo Valor em investimentos				
Categoria de Investimento	Afectedos às Provisões Técnicas		Não Afectedos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	0	-1 000	0	-1 000
De uso próprio	0	-8 000	0	-8 000
De rendimento	0	7 000	0	7 000
Total	0	-1 000	0	-1 000

2017

(valores em euros)

Perdas e Reversão provenientes de Imparidades em Investimentos				
Categoria de Investimento	Afectedos às Provisões Técnicas		Não Afectedos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 437	36 064	0	38 501
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	2 437	36 064	0	38 501
Total	2 437	36 064	22 113	38 501

2016

(valores em euros)

Perdas e Reversão provenientes de Imparidades em Investimentos				
Categoria de Investimento	Afectedos às Provisões Técnicas		Não Afectedos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Ativos financeiros disponíveis para venda	20 091	5 978	137 644	163 713
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	14 935	5 978	137 644	158 557
Títulos de Dívida	5 156	0	0	5 156
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros a deter até à maturidade	151 616	0	0	151 616
Títulos de Dívida	151 616	0	0	151 616
Total	171 707	5 978	137 644	315 329

19. Ganhos e Perdas em diferenças de câmbio

Não aplicável.

20. Custos de financiamento

Não aplicável

21. Gastos diversos por funções e natureza

2017 (valores em euros)

Custos e Gastos por Natureza	Custos c/ Sinistros	Custos de Aquisição	Gastos Administrativos	Gastos de Investimento	Total
Gastos com Pessoal	557 724	451 281	511 615	114 455	1 635 075
Fornecimentos e Serviços Externos	325 605	263 462	298 686	66 820	954 572
Impostos e Taxas	70 263	6 752	15 069	35 354	127 437
Depreciações e Amortizações do Exercício	43 003	34 796	39 448	8 825	126 072
Outras Provisões	0	0	0	0	0
Juros Suportados	0	0	0	10 499	10 499
Comissões	0	0	0	32 064	32 064
Totais	996 594	756 290	864 818	268 017	2 885 719

2016 (valores em euros)

Custos e Gastos por Natureza	Custos c/ Sinistros	Custos de Aquisição	Gastos Administrativos	Gastos de Investimento	Total
Gastos com Pessoal	559 887	453 031	513 599	114 899	1 641 416
Fornecimentos e Serviços Externos	316 254	255 896	290 108	64 901	927 158
Impostos e Taxas	78 493	12 056	21 085	14 136	125 770
Depreciações e Amortizações do Exercício	44 827	36 271	41 121	9 199	131 418
Outras Provisões	0	0	0	0	0
Juros Suportados	0	0	0	15 939	15 939
Comissões	0	0	0	31 003	31 003
Totais	999 460	757 254	865 912	250 078	2 872 704

22. Gastos com pessoal

22.1. Número dos trabalhadores ao serviço por Categorias Profissionais

Categorias profissionais	2017	2016
	Nº Trabalhadores	Nº Trabalhadores
Dirigentes e Quadros Superiores	11	12
Quadros médios	5	6
Trabalhadores Altamente Qualificados	8	8
Trabalhadores Qualificados	48	46
Trabalhadores Semi - Qualificados	11	11
Trabalhadores Não Qualificados	1	1
Total	85	84

22.2. Despesas com o pessoal

(valores em euros)

Gastos com Pessoal	2017	2016
	Valores	Valores
Remunerações:	1 977 319	1 903 482
Órgãos Sociais	93 042	41 528
Pessoal	1 884 277	1 861 954
Encargos sobre remunerações	444 906	428 698
Benefícios pós emprego:	35 333	34 987
Planos de contribuição definida	0	0
Planos de benefícios definidos	35 333	34 987
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	102	95
Benefícios de cessação de emprego	0	0
Seguros obrigatórios	40 873	39 685
Gastos de ação social	64 903	51 566
Outros gastos com pessoal	24 093	96 895
Total	2 587 530	2 555 407

22.3. Relativamente aos membros dos órgãos sociais

Montante dos compromissos surgidos ou contratados em matérias de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos sociais;

- Não aplicável.

Montante dos adiantamentos e dos créditos concedidos, bem como dos compromissos tomados por sua conta a título de qualquer garantia;

- Não aplicável.

23. Obrigações com benefícios dos empregados

23.1. A Mútua não tem Planos de Contribuição Definida

23.2. Plano de Benefícios Definido

a) A política contabilística da entidade para reconhecer Ganhos e Perdas Atuariais, bem como o custo corrigido de serviços passados.

Para efeitos da IAS 19, o custo não corresponde necessariamente ao valor entregue ao Fundo, anualmente. Corresponde sim ao somatório do custo dos serviços correntes, dos juros e do resultado esperado dos Ativos.

b) Descrição geral do plano, com indicação dos benefícios assegurados, do prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos e do grupo de pessoas abrangidas.

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do Contrato Coletivo de Trabalho do Setor Segurador, a Mútua aderiu a um Plano de Pensões, de Benefício Definido, gerido por Sociedade Gestora.

Os Benefícios assegurados são o pagamento das pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos do contrato.

A população abrangida é o conjunto de trabalhadores com admissão na indústria anterior a 1995 e com direito a complemento de reforma por velhice ou invalidez nos termos do CCT à data.

c) O veículo de financiamento utilizado

Contrato de Adesão Coletiva nº 50 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização.

d) O valor e a taxa de rendibilidade efetiva dos ativos do plano

Valor de 1.316.009€ e uma taxa de 3,36%.

e) A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego, separadamente entre o valor atual da responsabilidade por serviços passados e o valor atual dos benefícios já em pagamento

(valores em euros)

		2017	2016
Valor atual das responsabilidades por Serviços Passados	VARSP	677 269	629 476
Valor atual das Pensões em Pagamento	VAPP	616 669	602 266
Total das Responsabilidades		1 293 938	1 231 742

Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos mostrando separadamente, se possível, os efeitos durante o período atribuível a cada um dos seguintes:

(valores em euros)

	2017	2016
Valor Presente das Responsabilidades a 1 de Janeiro	1 231 742	1 248 080
Benefícios pagos	-56 705	-55 006
Custo dos Serviços Correntes	27 029	26 220
Custo dos Juros	24 638	28 722
(Ganhos) e Perdas Atuariais	67 234	(16 274)
Valor Presente das Responsabilidades a 31 de Dezembro	1 293 938	1 231 742

i. Custo do serviço corrente;

27.029€

ii. Custo dos juros;

24.638€

iii. Contribuições de participantes do plano;

- Não aplicável.

iv. Ganhos e perdas atuariais;

- (Ganhos) e Perdas Atuariais nas Responsabilidades 67.234€;

v. Alterações cambiais nos planos mensurados numa moeda diferente da moeda de apresentação da entidade;

- Não aplicável.

vi. Benefícios pagos;

-56.705€

vii. Custo corrigido de serviços passados;

- Não aplicável.

viii. Concentrações de atividades empresariais;

- Não aplicável.

ix. Cortes e liquidações;

- Não aplicável.

g) Análise da obrigação de benefícios definidos em quantias resultantes de Planos que não têm qualquer financiamento e em quantias resultantes de planos que estão total ou parcialmente financiados

- Não aplicável.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos ativos do plano e dos saldos de abertura e de fecho de qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo, mostrando separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período atribuíveis a cada um dos seguintes itens.

(valores em euros)

	2017	2016
Valor do Fundo em 1 de Janeiro	1 266 232	1 266 802
Contribuições do Empregador	65 024	40 932
Benefícios Pagos	-56 705	-55 006
Retorno Real dos Ativos	49 915	22 097
Valor do Fundo em 31 de Dezembro	1 316 009	1 266 232

i. Retorno esperado dos ativos do plano;

24.790€

ii. Ganhos e perdas atuariais;

- Ganhos e (Perdas) Atuariais nos Ativos 25.125€

iii. Contribuições do empregador;

65.024€

iv. Contribuições de participantes no plano;

- Não aplicável.

v. Pontos v, vi, viii, e ix da alínea f);

- Ver alíneas anteriores

i) Reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos da alínea f) e do justo valor dos ativos do plano da alínea h) com os ativos e passivos reconhecidos no balanço, evidenciando pelo menos

Benefícios Definidos Pós-Reforma dos empregados - IAS 19 - Dezembro 2017

(valores em euros)

	Dez-17	Dez-16	Diferenças
Responsabilidades por serviços passados	1 293 938	1 231 742	62 195
Valor quota-parte do fundo	1 316 009	1 266 232	49 777
(Excesso)/Insuficiência do Fundo	22 072	34 490	-12 418

(valores em euros)

	Dez-17	Dez-16
Ativo/(Passivo) reconhecido no início do exercício	34 490	18 722
(Ganhos) e Perdas atuariais do Ano nas Responsabilidades	67 233	-16 274
Ganhos e (Perdas) atuariais do Ano nos Ativos	-25 125	6 452
	42 108	-9 821
Custo do serviço corrente	27 029	26 220
Custo dos juros	24 638	28 722
Retorno esperado dos Ativos	-24 790	-28 549
Comissões administrativas do Plano	8 456	8 594
	35 333	34 987
Contribuições para o Fundo	65 024	40 933
Ativo/(Passivo) reconhecido no final do exercício	22 072	34 490

j) Indicação do gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas do exercício corrente relativos a:

i. Custo dos serviços correntes

27.029€

ii. Custo corrigido de serviços passados

- Não aplicável.

iii. Custo de juros

24.638€

iv. Retorno esperado dos ativos do plano e de eventuais direitos de reembolsos

-24.790€

v. Ganhos e perdas atuariais

- Não aplicável.

vi. Ganhos ou perdas decorrentes de cortes ou liquidação do plano

- Não aplicável.

vii) Efeito do limite estabelecido na IAS 19

- Não aplicável.

k) As quantias reconhecidas no exercício corrente, na Conta de Ganhos e Perdas ou em rubrica específica de capital próprio, relativamente aos ganhos ou perdas atuariais e do limite estabelecido na IAS 19

- Não aplicável.

l) A quantia cumulativa de ganhos e perdas atuariais reconhecidos em rubrica específica de capital próprio no caso de adotada esta opção

- Não aplicável

m) A percentagem e quantia de cada categoria principal dos Investimentos do plano e outros ativos, que constituem o justo valor do total dos ativos do plano.

31-12-2017

Classes de Ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização		0,85% Quota parte Mútua dos Pescadores	
		%		%
Ações Euro	40 706 324	27%	361 372	27%
Obrigações de taxa fixa	70 981 957	48%	630 145	48%
Obrigações de taxa variável	24 850 757	17%	220 614	17%
Fundos Imobiliários	1 512 733	1%	13 429	1%
Hedge Funds	4 902 413	3%	43 521	3%
Commodities	720 826	0%	6 399	0%
Liquidez	4 565 334	3%	40 529	3%
Total	148 240 343	100%	1 316 009	100%

31-12-2016

Classes de Ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização		0,92% Quota parte Mútua dos Pescadores	
		%		%
Ações Euro	36 663 734	27%	336 805	27%
Obrigações de taxa fixa	64 862 464	47%	595 847	47%
Obrigações de taxa variável	24 753 854	18%	227 397	18%
Fundos Imobiliários	1 469 651	1%	13 501	1%
Hedge Funds	5 699 089	4%	52 354	4%
Commodities	0	0%	0	0%
Liquidez	4 390 166	3%	40 329	3%
Total	137 838 957	100%	1 266 232	100%

n) As quantias incluídas no justo valor dos ativos do plano relativas a Instrumentos financeiros da entidade e qualquer terreno e edifício ocupado, ou outros ativos utilizados, pela empresa de seguros

- Não aplicável.

o) Descrição da base usada para determinar a taxa esperada global de retorno dos ativos, incluindo o efeito das principais categorias de ativos do plano;

- A taxa de rendimento adotada como pressuposto atuarial foi de 2,00%.

p) Indicação do retorno real dos ativos do plano, bem como o retorno real sobre qualquer direito de reembolso como um ativo

49.915€

q) Descrição dos principais pressupostos atuariais (em termos absolutos) usados:

Taxa de crescimento salarial	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	1,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%
Taxa Técnica (Rendas Vitalícias)	1,75%
Tábua de mortalidade	TV 88/90

Tábua de Invalidez	Suisse Re
Nº. Pensões pagas anualmente	14
Idade normal de reforma	A estabelecida pela Segurança Social

r) Descrição dos elementos respeitantes aos planos de amortizações regularmente previstos e informação dos elementos necessários para o seu entendimento;

- Não aplicável.

s) Efeito das variações positiva e negativa de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos ao agregado do custo de serviço corrente e de componentes de custo de juros dos custos médicos pós-emprego periódicos líquidos, e, na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego relativa a custos médicos;

- Não aplicável.

t) Indicação das quantias nos referidos períodos:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Valor Estimado da Quota-Parte do Fundo	1 316 009	1 266 382
Valor Atual das Pensões em Pagamento	616 669	602 266
Valor Atual das Responsabilidades Passadas	677 269	629 477
Saldo atuarial	22 072	34 490
Nível de Financiamento	101,7%	102,8%

u) A quantia do passivo (ou ativo) de transição reconhecida no exercício corrente, e a quantia que fica por reconhecer no caso do reconhecimento do passivo (ou ativo) de transição não ser efetuado imediatamente

- Não aplicável.

v) Descrição da melhor estimativa da empresa de seguros, assim que possa ser razoavelmente determinada, das contribuições que se espera que sejam efetuadas durante o período anual que começa após a data de balanço

- Não disponível.

24. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é decomposto como segue:

(valores em euros)

	2017	2016
Imposto corrente (Gasto)	209.294	119.530
Imposto Diferido (Rendimento)	-5.933	-52.338
Total	203.360	67.192

A movimentação nos impostos diferidos durante o exercício de 2017 e 2016 são como segue:

(valores em euros)

	2016	Ganhos e Perdas		Capital Próprio		2017
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
<i>Ativos por impostos diferidos</i>						
Perdas por imparidade	281 632	0	1 290	0	0	282 922
	281 632	0	1 290	0	0	282 922
<i>Passivos por impostos diferidos</i>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	137 363	0	0	0	150 838	288 201
Imóveis de uso próprio	121 637	0	0	0	152 501	274 138
Imóveis de rendimento	84 774	3 516	0	0	0	88 290
	343 774	3 516	0	0	303 339	650 628

(valores em euros)

	2015	Ganhos e Perdas		Capital Próprio		2016
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
<i>Ativos por impostos diferidos</i>						
Perdas por imparidade	229 519	0	52 113	0	0	281 632
	229 519	0	52 113	0	0	281 632
<i>Passivos por impostos diferidos</i>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	154 280	0	0	18 642	1 725	137 363
Imóveis de uso próprio	48 284	0	0	0	73 353	121 637
Imóveis de rendimento	74 350	3 388	225	0	7 261	84 774
	276 914	3 388	225	18 642	82 339	343 774

A reconciliação da taxa efetiva de imposto apresenta-se como segue:

(valores em euros)

	2017		2016	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		1 497 323		505 276
Imposto a pagar à taxa nominal	21%	314 438	21%	106 108
Gastos e rendimentos não tributáveis	-7%	-105 144	3%	13 422
Imposto corrente	14%	209 294	24%	119 530

25. Provisões Técnicas

(valores em euros)

Descrição	PROVISÕES TÉCNICAS											
	Ac Trabalho		Ac. Pessoais		Incêndio		Multiriscos		Marítimo		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Provisão para prémios não adquiridos	196 148	178 117	142 170	132 600	287	246	119 025	93 690	594 952	472 122	1 052 580	876 776
Provisão para Sinistros	13 364 856	13 252 358	710 308	734 925	-67	0	29 962	134 205	2 491 161	3 115 033	16 596 220	17 236 522
Provisão para Desvios Sinistralidade	0	0	0	0	2 500	2 500	61 000	56 000	0	0	63 500	58 500
Provisão para Riscos em Curso	0	48 176	0	0	0	35	41 332	60 663	236 143	384 112	277 475	492 986
TOTAL	13 561 003	13 478 651	852 478	867 526	2 720	2 781	251 318	344 558	3 322 256	3 971 267	17 989 775	18 664 783

(valores em euros)

PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO												
Descrição	Ac Trabalho		Ac. Pessoais		Incêndio		Multiriscos		Marítimo		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Prov para prémios não adquiridos	0	0	41 804	40 845	258	277	105 232	103 526	434 907	422 490	582 200	567 138
Prov para Sinistros	274 048	871 054	263 284	283 432	0	0	26 416	94 335	1 527 105	2 150 626	2 090 853	3 399 447
TOTAL	274 048	871 054	305 088	324 277	258	277	131 647	197 861	1 962 012	2 573 116	2 673 054	3 966 586

26. Contas a receber por operações de seguro e outras operações

CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE SEGURO E OUTRAS OPERAÇÕES						
Descrição	Valor bruto		Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos		Valor líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Tomadores de Seguro	1 324 689	1 526 457				
Mediadores de Seguro	41 464	40 554				
Co- Empresas de Seguros	117 233	134 236				
Reembolso de sinistros	318 206	439 151				
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES SEGURO DIRETO	1 801 593	2 140 399	897 778	1 067 545	903 814	1 072 853
Resseguradores	312 834	53 048				
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO	312 834	53 048	0	0	312 834	53 048
Subscritores de Capital	6 977	6 134				
Acionistas	0	641 957				
Fornecedores	24 751	1 015 301				
Pessoal	71 561	70 807				
FAT	59 163	58 582				
Outros Devedores Diversos	963 724	484 971				
CONTAS A RECEBER POR OUTRAS OPERAÇÕES	1 126 176	2 277 753	26 132	667 373	1 100 044	1 610 379
TOTAL	3 240 602	4 471 200	923 911	1 734 919	2 316 692	2 736 281

27. Outros credores por operações de seguros e outras operações

OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES		
Descrição	Valor bruto	
	2017	2016
Tomadores de Seguro	240 298	180 637
Mediadores de Seguro	2 236 739	2 275 677
Co- Empresas de Seguros	127 752	146 915
Reembolso de sinistros	133 394	263 592
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES SEGURO DIRETO	2 738 184	2 866 822
Resseguradores	14 187	251 450
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO	14 187	251 450
Subscritores de Capital	89 868	89 665
Acionistas	264	264
Fornecedores	13 843	22 367
Pessoal	424	2 088
Sindicatos	396	483
FAT	0	0
Outros Devedores Diversos	329 928	287 215
CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES	434 722	402 081
TOTAL	3 187 092	3 520 353

28. Rédito

O rédito apresentado no final do exercício refere-se às comissões de mediação e corretagem do Grupo.

29. Capital

Requisitos de Solvência

Durante o ano de 2015 a Diretiva 2009/138/CE foi transposta para a ordem jurídica interna através da Lei nº. 147/2015 de 9 de setembro onde se encontra definida a data de entrada em vigor do novo regime de Solvência II a partir de 1 de janeiro de 2016.

A Mútua acompanhou todo o processo de preparação e reportou à Autoridade de Supervisão, nos termos do normativo em vigor, a informação de abertura no âmbito do regime de Solvência II a 01.01.2016, reafirmando a situação de robustez ao nível do seu rácio de solvência.

De acordo com o novo regime, será efetuado o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, divulgado pela primeira vez em 2017, de forma autónoma em relação a este relatório, onde se apresentará de forma detalhada informação sobre a situação financeira da empresa no final de 2017, designadamente sobre o nível de cumprimento do SCR (Solvency Capital Requirement).

29.1. Políticas de gestão do capital

A empresa tem seguido, uma política de reforço de capitais próprios, não distribuindo reservas e é sua intenção, continuar essa política.

29.2. Indicação para cada classe de capital em títulos

O capital social é representado por títulos de capital com o valor mínimo previsto por Lei, ou um seu múltiplo, podendo ser agrupados para perfazerem a entrada mínima de cada cooperador – artigo 7º 2, dos Estatutos.

a) O capital social é variável e ilimitado, sendo o seu montante mínimo de Cinco Milhões de Euros, já integralmente realizado, correspondendo à soma dos títulos de capital atribuídos aos cooperadores iniciais e títulos de capitais detidos pela cooperativa - artigo 7 n.º1, dos Estatutos.

A quando da sua transformação em cooperativa de responsabilidade limitada, foram atribuídos aos associados da Mútua dos Pescadores em 31 de dezembro de 2003, designados como cooperadores iniciais, 174.000 títulos com o valor nominal de 870.000 euros.

É também capital inicial a quantia de 4.130.000 euros, propriedade comum da cooperativa, capital não titulado.

b) Títulos emitidos

Títulos de Capital				
	2017		2016	
	Número	Valor Nominal	Número	Valor Nominal
Subscritos e Realizados	16 847	84 236	16 800	84 001
Subscritos e Não Realizados	1 200	6 000	1 050	5 250
Total	18 047	90 236	17 850	89 251

c) Cada título tem o valor nominal de 5 euros e a subscrição mínima é de 3 títulos.

d) Reconciliação da quantidade de Títulos em circulação no início e no fim do período.

Títulos de Capital				
	2017		2016	
	Número	Valor Nominal	Número	Valor Nominal
Subscritos e Realizados	16 847	84 236	16 800	84 001
Subscritos e Não Realizados	1 200	6 000	1 050	5 250
Reembolsos	-275	-1 375	-103	-515
Total	17 772	88 861	17 747	88 736

Movimentação de Títulos				
	2017		2016	
	Número	Valor Nominal	Número	Valor Nominal
Subscritos e Realizados	47	235	417	2 085
Subscritos e Não Realizados	150	750	1 050	5 250
Reembolsos	172	860	103	515

e) Direitos, preferências e restrições associados

Características

Os títulos de capital são nominativos e indivisíveis.

Os títulos de capital podem ser titulados ou escriturais.

O capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Direção, com a emissão de novos títulos de capital a subscrever pelos cooperadores.

O capital social responde em conjunto e solidariamente pelas obrigações assumidas pela cooperativa.

Reembolsos

O reembolso dos títulos de capital, na decorrência da demissão do cooperador ou da amortização parcial da sua participação, não pode implicar a redução do capital social para um montante inferior ao capital social mínimo – artigo 11º nº 1, dos Estatutos.

A amortização parcial dos títulos de capital com vista à redução da participação do cooperador só é permitida até ao limite mínimo estabelecido no nº 1 do artigo 7º, dos Estatutos.

Os títulos de capital só são transmissíveis mediante autorização da Direção, sob condição de o adquirente ou sucessor já ser cooperador ou, reunindo as condições de admissão previstas nos estatutos, solicitar a sua admissão.

Excedentes

Os excedentes líquidos apurados em cada exercício, que não resultem de operações com terceiros e depois de constituídas as reservas definidas no artigo 53º nº.1 e 2 dos Estatutos, podem ser distribuídos, da seguinte forma:

i) Uma percentagem não inferior a 20% para a formação de reserva legal, até à concorrência do dobro do capital social;

ii) Uma percentagem não superior a 30% para pagamento de juros sobre os títulos de capital;

iii) A percentagem que em cada ano for estabelecida pela Assembleia Geral para a formação da reserva para educação e formação cooperativa, nos termos do Código Cooperativo, e do <<Fundo Mutualista>>;

Depois de constituídas as reservas, o remanescente terá o destino que a Assembleia Geral deliberar, dentro dos limites da Lei.

Não pode proceder-se à distribuição de excedentes entre os Cooperadores, nem criar reservas livres, antes de se terem compensado as perdas dos exercícios anteriores, ou tendo-se utilizado a reserva legal para compensar essas perdas, antes de se ter reconstituído a reserva ao nível anterior ao da sua utilização.

A distribuição de resultados aos cooperadores tem carácter residual dada a natureza do Grupo e não será proposta uma distribuição de resultados.

Embora prevista a distribuição do excedente não é essa a política da empresa.

A empresa tem seguido ao longo de mais de 70 anos a política de reforço dos capitais próprios não distribuindo reservas e pretende continuar essa política.

Os excedentes líquidos provenientes de operações com terceiros são obrigatoriamente afetos a reservas.

f) Títulos detidos pela Mútua ou por filiais ou associadas

– Não se verificam estas situações.

g) Títulos reservados para emissão segundo opções e contratos

– Não se verificam estas situações.

29.3 a 29.7. Não aplicável

30. Reservas

(valores em euros)

Descrição	2017		2016	
	Valor Parcial	Valor Total	Valor Parcial	Valor Total
Reservas de Reavaliação				0
Ajustamento Associadas	1 289 686		611 052	
Ajustamento Outros Investimentos	843 684	2 133 370	787 690	1 398 742
Revalorização Terrenos e Edifícios Próprios				
Reserva por Impostos Diferidos				0
Impostos Ativos Diferidos	-416 277	-416 277	-185 971	-185 971
Impostos Passivos Diferidos				
Outras Reservas	136 547		672 202	
Reserva Legal	357 750		323 601	
Educação Formação Cooperativa	64 561		64 247	
Negócios c/ Terceiros	951 450		780 707	
Benefícios Pós Emprego -Plano Definido	-164 052	1 346 256	-121 944	1 718 813
		3 063 348		2 931 584

31. Resultados por ação

Não aplicável

32. Justo valor

A Mútua utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1 – Valores cotados (não ajustáveis) em mercados ativos para os ativos e passivos identificáveis.

Nível 2 – Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efetuado com informação observável, quer direta, quer indiretamente.

Nível 3 – Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado ativo. O justo valor de instrumentos financeiros não cotados é obtido mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

As avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Mútua encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

Ativos financeiros e não financeiros	2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			946 913
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21 269 527		
Ativos disponíveis para venda			1 126 982
Empréstimos e contas a receber	261 165		
Investimentos a deter até à maturidade			7 873 782
Terrenos e edifícios			1 100 044
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	21 530 692	0	11 047 721
Passivos financeiros			2 801 644
Depósitos recebidos de resseguradores			3 187 092
Outros credores por operações de seguros e outras operações			5 988 736
	21 530 692	0	17 036 457

Ativos financeiros e não financeiros	2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			742 249
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	19 551 736		
Ativos disponíveis para venda			1 674 495
Empréstimos e contas a receber	731 735		
Investimentos a deter até à maturidade			7 528 209
Terrenos e edifícios			2 408 362
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	20 283 471	0	12 353 315
Passivos financeiros			4 094 958
Depósitos recebidos de resseguradores			3 520 353
Outros credores por operações de seguros e outras operações			7 615 311
	20 283 471	0	19 968 626

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros e não financeiros da Mútua que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2017		2016	
	Valor líquido contabilístico	Justo Valor	Valor líquido contabilístico	Justo Valor
Ativos financeiros e não financeiros				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	578 099	578 099	742 249	742 249
Ativos disponíveis para venda	21 269 527	21 269 527	19 551 736	19 551 736
Empréstimos e contas a receber	1 126 982	1 126 982	1 674 495	1 674 495
Investimentos a deter até à maturidade	254 941	261 165	694 892	731 735
Terrenos e edifícios	7 873 782	7 873 782	7 879 439	7 879 439
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 024 746	2 024 746	2 408 362	2 408 362
	33 128 077	33 134 301	32 951 173	32 988 016
Passivos financeiros				
Depósitos recebidos de resseguradores	2 801 644	2 801 644	4 094 958	4 094 958
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 187 092	3 187 092	3 520 353	3 520 353
Sub total	5 988 736	5 988 736	7 615 311	7 615 311
Total	39 116 813	39 123 037	40 566 484	40 603 327

A Administração da Mútua considera que caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, empréstimos e contas a receber, outros devedores por operações de seguros e outras operações, depósitos recebidos de resseguradores e outros credores por operações de seguros e outras operações se aproximam do justo valor devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados com base no método comparativo ou de mercado e pelo método do custo de reposição.

33. Transações entre partes relacionadas

33.1 Indicação da empresa e da empresa mãe do topo do grupo e remuneração das pessoas que tem autoridade e responsabilidade pelo planeamento, Direção e Controlo

Valor das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais, Membros do Conselho Fiscal e pelos Membros do Comité de Gestão e Investimentos (Diretor Geral e 3 Diretores Coordenadores) da Mútua dos Pescadores, com autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo.

Valores Anuais	(valores em euros)	
	2017	2016
Órgãos Sociais	93 042	41 528
Membros do Comité Gestão e Investimentos	203 734	254 762

As remunerações dos Membros do Comité de Gestão e Investimentos estão em conformidade com as tabelas e clausulado do Contrato Coletivo de Trabalho do Setor Segurador, não havendo fixada qualquer política de remuneração variável ou atribuição de outros benefícios não aplicáveis aos restantes trabalhadores.

34. Demonstração de fluxos de caixa

Fluxos de caixa				
Descritivo	Ano N	Total	Ano N-1	Total
1. Atividades Operacionais				
1.1 Operações Seguro Direto	1 743 956		2 224 621	
1.1.1 Recebimentos/Pagamentos(Direto)	7 657 487		8 293 532	
1.1.2 Recebimentos/Pagamentos(Co-seguro)	40 416		96 709	
1.1.3 Pagamento de Sinistros	-5 953 947		-6 165 620	
1.2 Operações de Resseguro	-1 362 772		901 595	
1.2.1 Recebimentos	70 370		1 330 546	
1.2.2 Pagamentos	-1 433 142		-428 951	
1.3 Outras Operações	-873 163		-1 797 689	
1.3.1 Recebimentos	4 749 724		2 317 817	
1.3.1.1 Clientes	1 833 211		1 459 163	
1.3.1.2 Outros	2 509 310		375 292	
1.3.1.3 Imposto sobre o Rendimento	188		44 568	
1.3.1.4 Outros Impostos e Taxas	407 015		438 794	
1.3.2 Pagamentos	-5 622 887		-4 115 506	
1.3.2.1 Fornecedores	-1 259 613		-129 771	
1.3.2.2 Pessoal	-2 646 935		-2 674 425	
1.3.2.3 Outros	-690 524		-378 998	
1.3.2.4 Imposto sobre o Rendimento	-77 558		-45 755	
1.3.2.5 Outros Impostos e Taxas	-948 257		-886 557	
Fluxo das Atividades Operacionais(1)		-491 979		1 328 527
2. Atividades de Investimento				
2.1 Recebimentos	5 403 269		8 113 265	
2.1.1 Investimentos Financeiros(Vendas)	4 642 141		7 258 679	
2.1.1.1 Terrenos e Edifícios	0		0	
2.1.1.2 Títulos de Dívida	1 895 249		3 927 187	
2.1.1.3 Ações/Tit.Part/Unid.Participaç	96 892		231 492	
2.1.1.4 Outros (Depósitos Prazo/Outros)	2 650 000		3 100 000	
2.1.2 Outros Ativos Tangíveis	0		6 000	
2.1.3 Outros Ativos Intangíveis	0		0	
2.1.4 Subsídios de investimento	0		0	
2.1.5 Rendimentos	725 920		750 736	
2.1.5.1 Juros	527 945		540 407	
2.1.5.2 Dividendos	35 564		43 150	
2.1.5.3 Rendas	162 411		167 179	
2.1.6 Outros rendimentos rel.investment	35 209		97 850	
2.2 Pagamentos	-4 705 318		-8 964 325	
2.2.1 Investimentos Financeiros(Compras)	-4 652 689		-8 844 146	
2.2.1.1 Terrenos e Edifícios	0		0	
2.2.1.2 Títulos de Dívida	-2 548 923		-5 393 467	
2.2.1.3 Ações/Tit.Part/Unid.Participaç	-3 765		-679	
2.2.1.4 Outros (Depósitos Prazo/Outros)	-2 100 000		-3 450 000	
2.2.2 Outros Ativos Tangíveis	-18 121		-85 136	
2.2.3 Outros Ativos Intangíveis	0		0	
2.2.4 Outros pagamentos rel. investimento	-34 508		-35 043	
Fluxo das Atividades Investimento(2)		697 951		-851 060
3. Atividades de Financiamento				
3.1 Recebimentos	585		1 747	
3.1.1 Empréstimos Obtidos	0		0	
3.1.2 Aumentos de Capital	585		1 747	
3.1.3 Subsídios e Doações	0		0	
3.1.4 Cobertura de Prejuízos	0		0	
3.1.5 Outros recebim.rela financiamento	0		0	
3.2 Pagamentos	-1 893		-515	
3.2.1 Empréstimos Obtidos	0		0	
3.2.2 Amortiz. contratos locação finacei	0		0	
3.2.3 Juros e custos similares	0		0	
3.2.4 Excedentes (juros s/títulos)	0		0	
3.2.5 Redução de Capital	-1 065		-515	
3.2.6 Outros pagamentos rel. financiamento	-828		0	
	-2 616		2 464	
Fluxo das Atividades Financiamento(3)	-1 308	-1 308	1 232	1 232
4.VARIAÇÃO DE CAIXAS E SEUS EQUIVALENTES		204 664		478 699
Caixas e equivalentes início período		742 249		263 551
Caixas e equivalentes fim período		946 913		742 249

35. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a Mútua que afetem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

O Contabilista Certificado

António dos Santos Monteiro
CC N.º 31942

O Conselho de Administração

José Manuel Jerónimo Teixeira - Presidente
João Paulo Quinzico Delgado - Vice-Presidente
Álvaro José Bota Guia
Arsénio Marques Caetano
Filipe Manuel Santos Dias Marques
Jerónimo Gomes Viana
José Luis Cabrita

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Cooperadores da MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de seguros, C.R.L.,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Prestação das Contas Consolidadas, MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, CRL. / PONTO SEGURO – Mediação de Seguros, Lda. elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício de 2017.

2. Acompanhámos, durante o exercício, a atividade e gestão da Mútua dos Pescadores em todas as matérias do seu âmbito de competências e informação sobre a atividade do Ponto Seguro. O Conselho Fiscal procedeu ao exame dos registos e documentos de suporte das contas consolidadas, analisámos o Relatório da Administração, a Demonstração da posição financeira (Balanço), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração de variações do capital próprio, a Demonstração do rendimento Integral e as Notas à Demonstração da posição financeira e Conta de Ganhos e Perdas Consolidadas, efetuou reuniões com os responsáveis técnicos das áreas financeiras e de contabilidade e com o Revisor Oficial de Contas desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados. Apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório sobre a Auditoria das Desmonstrações Financeiras Consolidadas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e tanto quanto é do nosso conhecimento consideramos terem sido elaboradas em conformidade com as normas legais e contabilísticas vigentes. Para além da análise aos documentos o Conselho Fiscal obteve sempre todos os esclarecimentos considerados necessários para a elaboração do parecer.

3. O Resultado Líquido Consolidado de 1.293.962€ no exercício reflete o resultado líquido positivo da Mútua dos Pescadores de 1.098.559€ e da Ponto Seguro de 195.826€, deduzido do impacto em ganhos e perdas resultante dos ajustamentos em conformidade com as IFRS, no valor de 423€. O Ativo Líquido Consolidado é de 38.356.288€, o Passivo 27.624.868€ e o Capital Próprio 10.731.420€.

4. Parecer

Face ao que antecede e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral: Aprove os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2017, tal como foram apresentados pela Administração;

5. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 30 de maio de 2018

O Conselho Fiscal:

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda (Presidente),

Jorge Serafim Silva Abrantes (Vogal)

José Joaquim Salvado Mesquita (Vogal)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.** (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 38.356.288 euros e um total de capital próprio de 10.731.420 euros, incluindo um resultado líquido de 1.293.962 euros), a conta de ganhos e perdas consolidada, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias

Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda

(Divulgações relacionadas com as notas 3, 6 e 11 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas)

As demonstrações financeiras do Grupo, em 31 de dezembro de 2017, incluem no seu balanço instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 21.269.527 euros (19.551.736 euros em 31 de dezembro de 2016), apresentando-se como a rubrica mais significativa do ativo. A mensuração dos ativos financeiros disponíveis para venda encontra-se ao justo valor, de acordo com as políticas contabilísticas detalhadas nas notas 3 das notas anexas às demonstrações financeiras.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para validar os ativos financeiros disponíveis para venda incluíram a realização, entre outros, dos seguintes procedimentos de auditoria:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes;
- Teste à valorização da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pelo Grupo.
- Testes para avaliar eventuais perdas de imparidade; e
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas.

Avaliação dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento

(Divulgações relacionadas com os terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento apresentadas nas notas 3 e 9 das demonstrações financeiras consolidadas).

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2017, terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento, num montante de 3.477.482 Euros e 4.396.300 Euros, respetivamente (3.417.609 euros e 4.461.830 euros em 31 de dezembro de 2016).

A valorização dos imóveis é uma área de julgamento significativo, baseando-se numa série de pressupostos. O Grupo utiliza avaliadores externos profissionalmente qualificados para valorizar os seus imóveis. Os imóveis são valorizados através do método comparativo ou de mercado e pelo método do custo de reposição.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para validar a valorização dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento incluíram a realização, entre outros, de:

- Análise das metodologias de valorização dos imóveis;
- Análise dos pressupostos significativos das avaliações dos imóveis;
- Análise da competência dos avaliadores externos; e
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas.

Reconhecimento das provisões para sinistros

(Divulgações relacionadas com as provisões para sinistros apresentadas nas notas 3 e 23 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas).

A provisão para sinistros de seguro direto apresenta-se como a rubrica mais significativa das responsabilidades do Grupo, ascendendo a 16.724.081 euros em 31 de dezembro de 2017 (17.236.522 euros em 31 de dezembro de 2016).

A valorização desta responsabilidade envolve um julgamento significativo por parte do órgão de gestão, incluindo estimativas contabilísticas identificadas como tendo uma elevada incerteza de estimação.

As alterações nos pressupostos atuariais utilizados na determinação destas responsabilidades podem conduzir a impactos materiais no cálculo da provisão para sinistro.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para validar a responsabilidade estimada na provisão para sinistro incluíram a realização, entre outros, de:

- Testes efetuados às fontes de informação do Grupo;
- Comparação das metodologias, modelos e pressupostos utilizados face às práticas de mercado;
- Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de sinistralidade e cobertura;
- Seleção de amostras para execução de testes de detalhe; e
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações

não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L. pela primeira vez na assembleia geral de cooperadores realizada em 20 de março de 2016 para o exercício de 2016.
- Fomos eleitos na assembleia geral de cooperadores realizada em 19 de março de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregamos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta mesma data.
- Declaramos que não prestamos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 30 de maio de 2018

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1.266

